

Acção Socialista

Nº 1217 - 7 Abril 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



DOIS ANOS DE CRISE DESEMPREGO E INCOMPETÊNCIA



Crítério idêntico ao aplicado na avaliação do défice de 2001 e a criação de uma comissão idónea para escrutinar a exactidão dos números são indispensáveis para a verificação "clara e verdadeira" das contas públicas. No preciso dia em que passavam dois anos da tomada de posse do Governo PSD/PP, o secretário-geral do PS fez esta exigência para que os portugueses conheçam a realidade e não se deixem iludir por uma

maquilhagem financeira feita à custa da manipulação de dados. Ferro Rodrigues, referindo-se à reunião de Conselho de Ministros de 6 de Abril, considerou que a mesma será de "despedida" para vários dos seus membros, pois avizinha-se uma "remodelação inevitável". Ao Governo da crise, do desemprego e da incompetência só resta uma alternativa: "Mudar de políticas e mudar de equipa".

PARLAMENTO

António José Seguro eleito líder da bancada socialista 3

SAÚDE

Novo regime do subsídio de doença é inaceitável 5

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Relatório branqueia responsabilidade do Governo 7

ENTREVISTA

Manuel Pinho: "É necessário mudar o rumo" 12



HOSPITAIS SA UMA ACÇÃO DE PROPAGANDA

A necessidade de dotar os hospitais de maior autonomia e de fórmulas de gestão privada não é uma ideia recente.

O Governo do Partido Socialista, na última legislatura, tinha já avançado com três experiências a nível nacional (Santa Maria da Feira, Matosinhos e Barlavento Algarvio), com excelentes resultados.

Havia que fazer uma avaliação séria do trabalho desenvolvido e ponderar a necessidade de se avançar com outras soluções. Não foi isso que o Governo do PSD/PP fez.

No seu lugar, resolveu aventurar-se na criação de 31 novos Hospitais SA dos quais começam, agora, a conhecer-se os primeiros resultados. Maus.

Por isso, o Governo decidiu montar *uma forte acção de propaganda* para mascarar a situação.

No passado dia 31 de Março, o ministro da Saúde e a ministra das Finanças apresentaram, com pompa e circunstância, o relatório sobre o balanço do primeiro ano de actividade dos 31 Hospitais SA.

Foi um momento mediático de puro marketing político, a fim de distorcer a realidade da gestão destes hospitais-empresa.

Um relatório muito colorido e graficamente bem apresentado, mas onde faltam os instrumentos de análise mais importantes para avaliar a eficácia da gestão deste novo modelo.

O ministro da Saúde escondeu os dados relativos à rubrica das receitas de 2003 dos 31 Hospitais SA. Em todo o documento, não há um único número relativo a esta componente fundamental, normal em qualquer relatório de actividades das empresas, públicas ou privadas.

Onde está o rigor e transparência propalados no relatório, quando os dados financeiros se resumem a seis curtas páginas num extenso documento de 141, onde a informação financeira desagregada por hospital é inexistente e a natureza dos gastos não é conhecida?

Onde está o rigor e a transparência, se os dados conhecidos continuam a ser escassos e pouco fiáveis e o Ministério não permite a divulgação dos documentos que devem acompanhar estes relatórios? O que teme o Ministério com a sua divulgação?

O único dado que se conhece em relação aos proveitos é o constante no Orçamento de Estado de 2003, onde a soma das transferências previstas para os 31 Hospitais SA era de cerca de 1200 milhões de euros. Aliás, o próprio ministro confirmou, em Maio e em Setembro, na Assembleia da República, que as despesas estavam ao nível das transferências previstas no OE.

Afinal, e de acordo com o relatório, os custos globais rondam os 2000 milhões de euros. Como conseguiram os hospitais fazer face a este diferencial de custos de cerca de 800 milhões de euros? Urge conhecer a composição da receita para que se saiba como fizeram face às despesas acrescidas.

Como é possível comparar estes dados com os de 2002, se as contas dos vários hospitais não são conhecidas na sua totalidade, apesar dos inúmeros requerimentos apresentados pelos deputados da oposição?

Haverá que confiar na fiabilidade dos números apresentados, quando sabemos que muitas das contas de 2002 de alguns hospitais SA nem sequer estão auditadas e certificadas pelos próprios Revisores Oficiais de Contas (que a isso se negaram ou que só o fizeram mediante responsabilização por escrito dos Conselhos de Administração)? Claro que não.

A própria Unidade de Missão dos Hospitais SA, como é aliás confirmado nas últimas páginas, em letra miúda, não se vincula aos resultados apresentados, referindo "que são valores provisórios" sobre os quais a UM refere "não se sentir obrigada a actualizá-los à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros". Sintomático!

E que dizer da maquiagem do mapa de custos determinada à última hora, retirando mais de 40 milhões de euros referentes a custos com medicamentos prescritos nos serviços de urgência e consultas externas, à revelia do conceito prescriptor/pagador até agora utilizado, melhorando substancialmente as contas finais? Será que se podem comparar estes custos com o ano de 2002, quando a

sua estrutura é diferenciada?

Quanto aos *indicadores de produtividade*, a comparação é feita sistematicamente com o ano de 2002. Este aspecto é de grande relevância, já que ao não comparar os dados de 2003 com séries comparativas mais longas (por exemplo com os últimos três ou cinco anos) as percentagens de crescimento apresentam distorções e induzem em erro os mais incautos.

Aumentos superiores aos indicados aconteceram em anos anteriores recentes. Os dados apresentados não permitem aferir com rigor a produtividade dos referidos hospitais.

As altas de internamento (+4,2 por cento) não diferenciam os doentes transferidos ou que faleceram, dos que efectivamente tiveram alta de internamento. Quando tanto se fala em selecção adversa, qual o peso dos doentes transferidos com patologias caras para outros hospitais, nomeadamente para hospitais centrais que não fazem parte desta rede de Hospitais SA?

Nas consultas externas (+9,3 por cento), não se conhece o número de primeiras consultas, fundamentais para garantir acessibilidade de novos doentes às consultas hospitalares. Quando se conhecerão os números das listas de espera para as consultas? Para quando a divulgação destes números, quer em termos de especialidade quer em termos de tempo de espera?

E com que critérios e metodologia é contabilizada a produção de consultas? Com os mesmos dos anos anteriores ou são também contabilizados como consultas os exames de diagnóstico?

Do número de cirurgias (+16,3 por cento), desconhece-se se são pequenas, médias ou grandes cirurgias e qual o aumento relativo de cada uma. Um aumento das grandes cirurgias deveria ter o correspondente aumento dos internamentos, o que parece não ter acontecido. Para quando a divulgação desagregada deste indicador? Será que estes dados não têm uma forte componente de ambulatório, com actos cirúrgicos que anteriormente não eram considerados, por serem efectuados em consultório?

Será que a *qualidade* clínica e de serviços prestados nos Hospitais se resume a dois indicadores? Será que dados referentes à demora de internamento ou o aumento da cirurgia de ambulatório são critérios de qualidade?

Quais são os dados referentes a outros indicadores de qualidade, como as taxas de reinternamento, a mortalidade específica por patologia, a sobrevida, a qualidade de vida de certas patologias, os tempos de espera ou os cancelamentos de cirurgias? Exigimos que o ministério responda com a apresentação de dados devidamente desagregados e certificados por entidades independentes. A transparência e rigor, que o Ministério tanto apregoa, têm de ter aplicação prática. A avaliação apressada e não independente feita pelos próprios interessados não dá essas garantias. É fundamental uma avaliação externa por grupos universitários independentes. A própria Entidade Reguladora de Saúde, recentemente criada, terá um papel a desempenhar nesta matéria.

A imagem dada pelo Ministério no primeiro ano de empresarialização é de falta de transparência nas contas apresentadas.

Em 2003, o SNS teve um défice acima de todas as previsões, atingindo 1,75 por cento do PIB (cerca de 2,3 mil milhões de euros). As dívidas às farmácias, aos laboratórios (mais de 700 milhões de euros) e a outros fornecedores explicam grande parte deste descalabro. A estes números há agora que adicionar os mais de 40 milhões de euros da prescrição de medicamentos nos Hospitais SA imputado às ARS.

Os portugueses não se deixarão enganar pela contabilidade criativa deste Governo. Exigimos rigor e transparência ao ministro e ao responsável da Unidade de Missão nos dados que apresentem sobre os Hospitais SA, não admitimos a manipulação destes dados e rejeitamos a utilização da saúde como arma de arremesso político. O PS continuará na primeira linha de defesa da saúde dos portugueses e permanecerá intransigente na busca contínua de esclarecimentos por parte do Governo. Assim este aprenda as regras democráticas e informe o Parlamento, atempadamente e sem demagogia, evitando manobras de propaganda inúteis e pouco saudáveis. A bem da saúde de todos nós.



LUÍS CARITO

A imagem dada pelo Ministério no primeiro ano de empresarialização é de falta de transparência nas contas apresentadas.

REMODELAÇÃO, EVOLUÇÃO... OVULAÇÃO

ANTOONIO COLAÇO

OH, NUNO, TU QUE INVENTASTE AS BRILHANTES COMEMORAÇÕES DA EVOLUÇÃO DE ABRIL, O QUE É QUE ACHAS, JÁ QUE ESTAMOS NA PÁScoa SE EU PROCEDESSE A UMA ... OVULAÇÃO DO GOVERNO!!!



FERRO DEFENDE MUDANÇA DE POLÍTICAS E DE EQUIPA GOVERNAMENTAL

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, exortou o primeiro-ministro "a assumir os seus erros e tirar ilações da situação em que colocou o país", sustentando que "um Governo que paralisou a economia, que desmoralizou a Administração Pública, que governa sem transparência, é um Governo que tem de mudar. Mudar de políticas e mudar de equipa". Por isso, adiantou, o PS não pode deixar de exigir ao Executivo PSD/PP que apresente verdadeiros programas de estímulo ao investimento público e privado e de combate ao desemprego e disponibilize toda a informação que permita uma avaliação séria e independente sobre os efeitos que as mudanças no SNS estão a ter no plano financeiro e no plano dos cuidados de saúde.

Numa conferência de imprensa no Largo do Rato, na terça-feira, no dia em que passaram exactamente dois anos sobre a tomada de posse do Governo PSD/PP, Ferro Rodrigues referiu que a reunião do Conselho de Ministros "será certamente uma despedida" para vários dos seus membros, "tal é a urgência com que se avizinha uma remodelação inevitável". Segundo o líder socialista, o Governo "mergulhou Portugal na mais longa recessão da sua história recente", com o desemprego "a crescer cinco vezes mais do que na União Europeia". "Bastava que a economia portuguesa tivesse um comportamento igual ao da União Europeia para em 2003 a riqueza criada ter sido 3,2 mil milhões de euros mais elevada", acrescentou o secretário-geral do PS. Ferro Rodrigues acusou ainda o Governo de "ter falhado todos os objectivos de correcção do défice público que,



conforme confirma o FMI, foi em 2003 superior a cinco por cento, descontados truques e manigâncias", e de pôr "os portugueses a perder poder de compra e a perder direitos sociais justos".

Por outro lado, Ferro Rodrigues disse ainda que "a forma como o actual Governo tem apresentado as contas públicas suscita a maior das desconfianças, a qual tem sido sucessivamente agravada pela exibição pública de operações e manobras contabilísticas que se vêm revelando de contornos muito duvidosos".

Em causa estão as dúvidas lançadas pelo secretário-geral do PS sobre as contas dos hospitais SA, assim como em relação ao processo de titularização pelo Citigroup.

"O PS considera indispensável que por um critério idêntico ao aplicado em 2001 e com uma comissão de idêntica idoneidade (nomeada pelo Banco de Portugal) se analise rigorosamente e se valide com correcção as contas públicas de 2003, de modo a que elas sejam comparáveis de ano para ano", propôs Ferro Rodrigues, explicando que o que se pretende, de facto, "são contas claras e verdadeiras e não a sucessiva manipulação de dados para fingir que se respeitam défices que não se cumprem e que se pretende um equilíbrio financeiro que com este Governo está cada vez mais longínquo".

Na conferência de Imprensa, o secretário-geral do PS defendeu ainda a

criação de uma nova comissão eventual de acompanhamento das medidas de prevenção e combate aos fogos florestais, alegando que a actual comissão parlamentar que agora se apresta para votar em plenário o relatório de conclusões "recusa enfrentar a realidade dos factos" e procede "a uma fuga à realidade e à verdade".

"O mais preocupante do relatório aprovado pela maioria PSD/CDS em comissão eventual dos incêndios florestais - contra o voto de todos os partidos da oposição - foi a recusa em enfrentar a realidade dos factos, tentando convencer que os aspectos determinantes da tragédia (dos fogos do Verão passado) foram o desordenamento florestal e as condições climáticas", criticou Ferro Rodrigues.

Neste capítulo, o secretário-geral do PS referiu que irá solicitar audiências ao Serviço Nacional de Bombeiros e da Protecção Civil, à Direcção Nacional da Polícia Judiciária, à Liga dos Bombeiros Portugueses, à Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a associações ambientalistas.

Entre outras causas, o PS considera que os fogos do Verão passado também se deveram à fusão de serviços operada pelo Governo nesta área, "sobretudo, pelo economicismo que presidiu a este processo e pelo momento inoportuno em que foi concretizada".

J. C. C. B.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO ELEITO LÍDER DA BANCADA SOCIALISTA



"Estou muito satisfeito com o resultado", declarou aos jornalistas António José Seguro após ter sido eleito presidente do Grupo Parlamentar do PS, com 75 votos a favor, 15 contra e cinco brancos.

A lista encabeçada por António José Seguro, que foi a votos no passado dia 31 de Março, era composta pelos deputados Afonso Candal, Ana Benavente, Ana Catarina Mendes, Guilherme d'Oliveira Martins, Jamila Madeira, Jorge Strecht Ribeiro, José Magalhães, José Junqueiro, Manuela de Melo, Manuel Maria Carrilho, Mota Andrade e Rui Cunha que são agora

novos vice-presidentes da bancada.

De acordo com o ex-ministro Adjunto de António Guterres, o resultado "corresponde à preocupação central de fazer da bancada socialista um grupo coeso e concentrado na tarefa de fazer oposição construtiva ao Governo". O novo presidente do Grupo Parlamentar do PS considerou também que o resultado tinha superado as suas "expectativas pessoais" e constituiu "um sinal de coesão". António José Seguro sucede no cargo a António Costa que é o número dois da lista do PS ao Parlamento Europeu.

Prioridade à educação, saúde e desemprego

O Grupo Parlamentar do PS decidiu atribuir prioridade ao debate de questões sociais como a educação, a saúde e o desemprego. No final da primeira reunião da bancada socialista presidida por António José Seguro, ocorrida a 1 de Abril, foi anunciado que as próximas Jornadas Parlamentares se realizarão nos Açores, entre finais de Junho e início de Julho, antes do debate sobre o "estado da Nação", que encerrará a presente sessão legislativa.

O novo líder da bancada do PS, em declarações aos jornalistas, disse que até ao próximo dia 15 o Grupo Parlamentar do PS terá pronto "um guião" com as suas iniciativas legislativas até à interrupção dos trabalhos parlamentares para férias do Verão.

António José Seguro adiantou ainda que os deputados socialistas irão intensificar a vertente do "contacto com os seus eleitores" às segundas-feiras.

VICE-PRESIDENTES DO GRUPO PARLAMENTAR



ELEIÇÕES EUROPEIAS

APRESENTADO PRIMEIRO ESBOÇO DO CALENDÁRIO DE CAMPANHA

O grupo coordenador da campanha do PS para as eleições europeias, orientado por José Vieira da Silva, entrou já em velocidade de cruzeiro, depois de reuniões com os representantes das federações para afinar os aspectos operacionais relacionados com os temas e com a forma como ela será implementada no terreno.

Na última reunião realizada com as federações, foi reiterado o apelo para que sejam indicados mandatários, bem como os apoiantes à lista de candidatos do PS ao Parlamento Europeu,

que farão parte da comissão de honra.

Na reunião ficou também estabelecido um calendário ainda provisório da presença dos primeiros candidatos da lista nas principais cidades do país, tanto no período de campanha como de pré-campanha.

As federações deverão agora fazer as suas sugestões até ao próximo dia 12 de Abril em relação ao calendário de campanha proposto e apresentar sugestões até dia 15, para que outros elementos da lista possam participar em iniciativas das federações.

IRAQUE

MISSÃO DA GNR PODE TORNAR-SE INADEQUADA

O agravamento da situação no Iraque e o ferimento numa emboscada de três militares do contingente da GNR em missão no território levaram o PS a pedir a presença urgente do ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes, na Comissão da Assembleia da República.

“Queremos saber se há elementos que levem a reponderar a nossa presença no Iraque”, disse, em conferência de Imprensa, o deputado Vitalino Canas, salientando que, “aparentemente, estes acontecimentos revelam que não existe apenas um problema com a resistência afecta a Saddam, mas há outras forças de algum radicalismo que ameaçam tornar a situação no Iraque insustentável”, o que configura “um cenário radicalmente diferente do que existia quando foi equacionado o envio do contingente da GNR”.

Segundo o deputado socialista, se o ministro da Administração Interna tiver informações de que há um agravamento generalizado das condições de segurança no Iraque, “então o PS concluirá que a presença dos militares da GNR no país poderá ter-se tornado insanavelmente inadequada”.

No entanto, na conferência de imprensa, Vitalino Canas fez questão de frisar que o PS “sabe separar os planos” e não confunde a missão da GNR, “que não apoia e condena, dado que não serve os interesses de Portugal e da paz”, com o “apoio” que dá “aos militares que estão a servir Portugal”.

Por outro lado, o PS entende que “os Estados Unidos e os seus aliados, incluindo Portugal, têm de ter uma atitude mais convicta e eficaz, de forma a que se encontre uma solução política” para aquele país do Médio Oriente, afirmou o deputado socialista, acrescentando que “uma retirada do Iraque iria agravar os problemas”.

Vitalino Canas criticou ainda a declaração “demasiado seca e nada tranquilizadora” proferida pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, sobre os episódios que estiveram na origem da emboscada aos militares da GNR.

“O ministro da Administração Interna tem que nos dizer especificamente o que passou e, também, se é ou não altura de reponderar a presença da GNR no Iraque”, referiu o deputado do PS, que enviou ainda votos de um rápido restabelecimento aos três militares portugueses feridos. **J. C. C. B.**

PS AVANÇA COM INTERPELAÇÃO SOBRE CONTAS NO SECTOR DA SAÚDE

O PS pretende agendar para 29 de Abril uma interpelação parlamentar ao Governo sobre contas e avaliação de actos médicos praticados nos hospitais com gestão empresarial.

Segundo o vice-presidente da bancada socialista Afonso Candal, a interpelação será antecedida por um debate sobre os mesmos temas, no dia 20 de Abril, em sede de Comissão Parlamentar de Execução Orçamental.

Afonso Candal referiu também que, até Fevereiro do ano passado, o PS enviou um vasto conjunto de requerimentos ao ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, “para o completo esclarecimento das contas dos hospitais SA em 2002”.

“De todos esses requerimentos, só nos responderam a seis. Deste seis, em cinco os oficiais de contas recusaram-se a atestar os resultados financeiros dos hospitais por eles analisados”, frisou.

“Desde Fevereiro do ano passado até hoje, no que respeita a contas dos hospitais SA, só houve silêncio da parte do ministro da Saúde”, acusou ainda Afonso Candal.

JUNQUEIRO ACUSA FINANÇAS DE ENCOBRIR DESFALQUES NA CÂMARA DE TONDELA

O Ministério das Finanças foi acusado de agir com “dualidade de critérios” pelo deputado do PS José Junqueiro, por proceder a inspecções em câmaras socialistas como a de Lamego e encobrir “desfalques” na autarquia de Tondela, do PSD.

Em comunicado da Federação de Viseu, José Junqueiro insurge-se contra a resposta dada pela ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, a um seu requerimento em que pretendia que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) actuasse na Câmara de Tondela, onde uma ex-funcionária já se encontra presa por “desfalque na ordem de um milhão de euros”.

Segundo o deputado socialista, o motivo invocado pela ministra das Finanças, através da IGF, para que não se proceda a uma inspeção “exaustiva” na Câmara de Tondela “visa apenas proteger uma autarca, que é líder do PSD/Viseu”.

“Os factos dizem-nos que os desfalques no município de Tondela aconteceram durante anos e, nesse período, as contas da autarquia foram sempre aprovadas”, refere ainda José Junqueiro.

DESCENTRALIZAÇÃO DE PALAVRAS

GOVERNO PROTAGONIZA ATENTADOS CONTRA PODER LOCAL

Ausente na cerimónia de constituição da Comunidade Urbana do Oeste, que inclui os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, o primeiro-ministro demonstrou, mais uma vez, em 29 de Março passado, que o Governo que chefia não sabe estar à altura dos acontecimentos, limitando-se a enunciar intenções de descentralização, mas protagonizando sucessivas afrontas ao poder local.

Esta a crítica lançada por António Galamba, no plenário da Assembleia da República do passado dia 30 de Março, ocasião em que também fez questão de lembrar as necessidades da região a que o Executivo não tem dado resposta, referindo-se à electrificação da linha do Oeste, à concretização das obras rodoviárias do IC 11 e de prolongamento do IP6, à criação de um novo hospital, ao Oeste Digital, à elaboração de um Plano Nacional de Ordenamento do Território e à construção do aeroporto da Ota.

Segundo o deputado socialista, estas exigências urgentes dos oestinos têm apenas merecido silêncio da parte da tutela, pelo que importa, disse, que o Governo esclareça quais os meios e as competências que cederá à Comunidade Urbana em questão.

“Para quando a desconcentração da Administração Pública em qualquer ponto da comunidade”, indagou,



O Governo não tem dado respostas a nenhuma das necessidades das populações oestinas

exigindo também a fixação de datas para a extinção dos distritos.

“O Governo nunca calendariza, nunca assume compromissos concretos. Procura distrair os portugueses como se estivéssemos em presença de uma mera gestão de expectativas, sem consequências graves no caso de serem frustradas”, acusou Galamba, que de seguida e a propósito do tema da legitimidade da descentralização, frisou

a importância do esclarecimento, por parte da maioria, da impressão de existirem dois tipos de referendos: o de primeira e o de segunda. Desafiando o Governo a passar do discurso à acção, António Galamba concluiu a sua intervenção lembrando que “o PS não desiste de restituir aos cidadãos do Oeste a esperança e a ambição perdidas”.

M.R.

MAIORIA DE DIREITA FOGE AO DEBATE SOBRE CONTRATO COM O CITIGROUP

O pedido de informação detalhada sobre a operação de titularização de créditos fiscais e da segurança social apresentado pelo PS foi chumbado pela maioria de direita no Parlamento.

O PS pretendia, no seu requerimento, que o Ministério das Finanças enviasse à Comissão de Economia e Finanças os relatórios de avaliação de risco de crédito elaborados pelas agências de “rating” Fitch, Moody’s e Standard & Poors, bem como a proposta de aquisição de créditos apresentada pelo banco Finantia e que, segundo o Governo, foi preferida à do Citigroup por ser mais cara.

Querida também que fosse conhecido o anexo A do contrato com o Citigroup que tem mais alguns elementos do contrato que o PS entende serem relevantes.

Estes eram elementos que a ministra já tinha mostrado disponibilidade para entregar ao Parlamento da última vez que esteve presente numa reunião da Comissão de Economia e Finanças, pelo que o PS não percebeu como é que a maioria rejeitou a proposta, que foi votada ponto a ponto.

Deste requerimento, cuja votação foi diferenciada, faziam ainda parte outros pedidos: a prestação de contas sobre o



processo de substituição e recompra de créditos, a explicitação dos custos da operação de titularização, pedidos de relatórios mensais sobre os créditos fiscais já cobrados e pagos à entidade de titularização do Citigroup, a Sagres. O requerimento incluía ainda um pedido de audição com a ministra das Finanças, o administrador-delegado do Citigroup Paulo Gray e o professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, que elaborou um estudo sobre esta operação de cessação de créditos.

Todos os pontos foram rejeitados com os votos contra da maioria de direita.

Para o deputado socialista Joel Hasse Ferreira, que interveio durante a discussão do requerimento, “esconder ao Parlamento dados solicitados é muito grave, não é ético, e revela uma enorme falta de seriedade”, afirmando ainda ser “incompreensível” que a ministra Ferreira Leite não tivesse vindo ao Parlamento prestar esclarecimentos sobre uma questão de tão grande importância. É “uma fuga ao debate”, acrescentou.

SUBSÍDIO DE DOENÇA

VIEIRA DA SILVA CONSIDERA NOVO REGIME SOCIALMENTE INJUSTO

“Reduzir, a pretexto do combate à fraude, os rendimentos de cidadãos em situação de doença é socialmente inaceitável”, considerou o deputado socialista Vieira da Silva, salientando que medidas desta natureza inseridas na “contra-reforma social” em curso “agravam o problema da pobreza e da injustiça social”.

Falando na Assembleia da República durante a apreciação do decreto-lei do Governo que introduz alterações ao regime das prestações do subsídio de doença, o deputado do PS referiu que “o Governo fez o que já nos habituou: era preciso cortar, cortemos no que está mais à mão. E, invariavelmente, quem está mais à mão são os mais fracos. Foi mais uma vez assim. Foi mais uma vez mal”.

Quanto ao objectivo de necessidade de rigor acrescido no controlo das “baixas”, um dos aspectos em que o Governo fundamenta a sua iniciativa legislativa, Vieira da Silva lembrou que este desiderato foi alcançado entre durante 1996 e 2001, “sem qualquer redução de direitos dos beneficiários”.

Segundo salientou o deputado socialista, “a experiência de combate à fraude neste subsídio entre 1996 e 2001 mostra que o investimento em acções de inspecção para controlo das “baixas” fraudulentas,

associada ou não a modificações da legislação sobre a matéria, produz indiscutíveis resultados positivos”, sendo que “o recurso sistemático ao Sistema de Verificação de Incapacidades mostrou que cerca de metade dos beneficiários em situação de ‘baixa’ abandonavam antes de comparecerem perante aqueles serviços”. De facto, acrescentou, “sem qualquer redução de direitos dos beneficiários, a utilização mais intensa dos serviços de verificação de incapacidades permitiu reduzir significativamente a fraude no subsídio de doença, de tal modo que, a preços constantes de 2001, o montante pago passou de 556,8 milhões de euros, em 1995, para 463,7 milhões de euros, em 2001, ou seja, uma diminuição de 16,5 por cento, passando assim o ‘peso’ do subsídio de doença nas despesas correntes da Segurança Social de 6,4 para 4 por cento”.

Face a estes resultados, Vieira da Silva sustentou que “este era um caminho a prosseguir, um caminho com uma enorme margem de progresso, nomeadamente associado a melhorias da articulação electrónica entre a saúde e a segurança social que já estavam em desenvolvimento”.

No entanto, lamentou, “no essencial, não foi essa a opção do Governo”, sublinhando que “a opção escolhida foi a mais fácil: a de reduzir a factura cortando nos direitos, na qualidade de vida de milhares de trabalhadores. A opção escolhida foi a de pôr o justo a pagar pelo pecador”.

Relativamente à afirmação do Governo de que com os cortes efectuados nas baixas menos longas se promove a redistribuição



Ao alterar as regras do subsídio de doença o Governo tem como única preocupação gastar menos sem cuidar se está a gastar bem

e a justiça social, Vieira da Silva desmontou este argumento falacioso perguntando desde quando é que o Executivo está em condições de garantir que “a intensidade da fraude é maior em baixas de 30 dias do que em baixas de 180”.

“Há alguma justiça redistributiva cortando o subsídio em 15 por cento numa baixa de 29 dias de um trabalhador que auferir 600 euros de remuneração para crescer a prestação de um outro com uma baixa de 250 dias e que tem uma remuneração de referência de 2000 euros?”, perguntou ainda, salientando que “o verdadeiro objectivo do Governo quando altera os níveis de prestação na doença é apenas o de gastar menos sem cuidar se está a gastar bem”.

Para Vieira da Silva, com este diploma,

“há uma constatação indiscutível: a grande maioria dos trabalhadores abrangidos por este sistema vê o seu rendimento degradar-se”. E apontou, entre outros exemplos, o caso de um trabalhador com um rendimento de 500 euros que, com o novo diploma, “vê a sua prestação por doença reduzida em 7,7 por cento se estiver 30 dias de baixa, mas vê o seu rendimento igualmente reduzido ficar doente 60 dias ou 85. Só com baixas de 120 dias o seu rendimento cresce marginalmente”.

Diploma agrava injustiça social

Assim, o deputado socialista concluiu que “medidas desta natureza agravam o problema da pobreza e da injustiça social.

Por outro lado, no que respeita às melhorias introduzidas pelo Presidente da República na proposta inicial do Governo, Vieira da Silva afirmou que “nunca colocam o trabalhador em situação mais favorável do que a previamente existente. Apenas reduzem o dano. E de forma muito insuficiente”, já que “essas majorações não são para todos os que têm salários mais baixos que 500 euros, deficientes a cargo ou famílias numerosas, mas apenas para aqueles com baixas inferiores a 90 dias”.

O deputado socialista sustentou que “este não é o caminho certo” para reduzir as irregularidades na atribuição dos subsídios de doença, mas sim “sensibilizando os agentes”, como os médicos, as empresas e naturalmente os beneficiários, e reforçando a inspecção, em especial, a que é mais eficaz, “a verificação de incapacidades por uma junta médica”. Mas aqui, nesta “vertente essencial”, denunciou, “não tem o Governo investido”. Na sua intervenção, Vieira da Silva referiu ainda que “reduzir a prestação de doença, especialmente às largas centenas de trabalhadores com baixos salários, quando a infelicidade de uma doença os atingem por 15, 30 ou 60 dias não é diferenciação positiva é contra-reforma social”, sublinhando que “isto não é dar mais a quem mais precisa, isto é demissão do papel do Estado, é reduzir direitos e não exigir mais responsabilidade a todos”.

“O Governo tinha um objectivo: reduzir a despesa, e escolheu, mais uma vez, o mau caminho”, acrescentou.

J. C. CASTELO BRANCO

DEBATE MENSAL

FERRO QUER MAIOR PREVENÇÃO DO TERRORISMO SEM DERIVAS SECURITÁRIAS

“Os portugueses e as portuguesas podem contar com o PS para que haja um país com maior capacidade de prevenção e combate ao terrorismo, mas sem exploração do medo e sem derivas securitárias”, afirmou Ferro Rodrigues no Parlamento, defendendo “uma rápida reestruturação dos serviços de informação”, que considerou “um imperativo”.

Falando no dia 25 durante o debate mensal com o primeiro-ministro, que se centrou no combate ao terrorismo, o líder do PS advertiu, no entanto, que é favorável a “medidas excepcionais desde que por razões excepcionais e



O combate ao terrorismo deve passar pela erradicação das suas causas mas no respeito do Estado de Direito

devidamente explicadas”. E acrescentou que o PS “é também a favor de um combate forte às razões do terrorismo” e defendeu que é preciso

uma “estratégia política de fundo que erradique as causas” do terrorismo, assim como um “escrupuloso respeito pelo Estado de Direito”.

Confrontado com os apelos à unidade nacional e europeia feitos por Durão Barroso no combate ao terrorismo, o secretário-geral do PS aceitou-os, mas não deixou de sublinhar as diferenças registadas no passado entre os socialistas e o Governo no que respeita ao Iraque. “Estou de acordo que haja unidade europeia e nacional, mas quem provocou a divisão não foram os socialistas europeus, mas sim aqueles que alinharam numa escalada militar unilateral”, disse. O secretário-geral do PS desafiou depois o primeiro-ministro a “reler a Carta dos Oito”, subscrita por Portugal e mais sete países europeus, na qual se justificava a intervenção militar unilateral no Iraque na base da existência de armas de destruição maciça neste país, acrescentando que esta acção “provocou a escalada do terrorismo”.

A “melhor notícia”, adiantou, “seria a de que as Nações Unidas tomassem urgen-

temente conta do processo no Iraque”. Perante este quadro, Ferro Rodrigues lançou um repto a Durão Barroso para que “aproveite a oportunidade para reflectir sobre os erros que cometeu no passado”.

Já Medeiros Ferreira, outro dos intervenientes no debate pela bancada socialista, considerou que o “actual Governo não atinge os mínimos de confiança necessários em Portugal na luta contra o terrorismo”.

E lembrou que há um ano “o primeiro-ministro era todo Bush e agora é todo Nações Unidas, era todo armas de destruição maciça e agora é todo democracia, e era ainda todo vamos seguir Espanha e agora é todo nada de seguir a Espanha”.

Por sua vez, Vitalino Canas frisou que “sem forças de segurança motivadas não há combate eficaz ao terrorismo”.

J. C. C. B.

SOCIALISTAS ACUSAM

GOVERNO PROMOVE O ATRASO DO PAÍS AO ADIAR AEROPORTO DA OTA

O PS manifestou-se contra o adiamento para a próxima legislatura da construção do futuro aeroporto internacional da Ota, infra-estrutura que considera prioritária, acusando o actual Governo de promover o atraso do país.

“O problema fundamental não é o que diz o Programa do Governo e o que o Governo faz, mas sim aquilo que o país precisa e que os senhores não estão a fazer”, referiu António Costa, no dia 31 de Março, no seu último debate enquanto líder da bancada socialista.

António Costa sublinhou que “um país com a localização geográfica de Portugal tem que ter infra-estruturas que o aproximem do centro da Europa, tem que ter um grande aeroporto internacional”.

“Têm uma visão paroquial do país e do seu desenvolvimento”, acusou o deputado do PS, referindo-se ainda ao ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação como “vereador intermitente da Câmara Municipal de Lisboa”, numa referência à conferência de Imprensa em que Carmona Rodrigues prestou esclarecimentos sobre o Túnel das Amoreiras.

Sobre o mesmo tema interveio também o deputado do PS José Junqueiro, que referiu estarmos na presença de “um Governo em omissão”, salientando que “a questão principal não é a de comprovar, mais uma vez, a inépcia do Governo, a questão principal é de ficar clara a inevitabilidade de deslocar o aeroporto da Portela, do centro urbano, por razões que se prendem com a segurança, com o congestionamento de tráfego, com o ambiente, com a promoção da qualidade e com a competitividade do país. E quanto mais tarde, mais caro”.

E acrescentou: “O que exigimos do



O Governo tem uma visão paroquial do País e do seu desenvolvimento



AEROPORTO DA OTA

MAIORIA DE DIREITA CHUMBA COMISSÃO PARLAMENTAR DE ACOMPANHAMENTO

A proposta do deputado do PS José Junqueiro de constituição de uma comissão eventual para a análise e acompanhamento da construção do futuro aeroporto internacional da Ota, foi rejeitada pela maioria de direita.

A proposta foi apresentada pelo deputado na abertura do debate de urgência requerido pelo PS sobre a construção do aeroporto da Ota.

Segundo José Junqueiro, “a construção do futuro aeroporto internacional será uma obra

de enorme vulto, quer pelos meios que obrigará a mobilizar, quer pelos efeitos que terá para a futura evolução de Portugal, tanto no domínio da estruturação do território, como no do seu desenvolvimento económico”. Por isso, considera o líder do PS/Visu, “impõe-se criar uma comissão parlamentar que permita aos deputados seguir atentamente o assunto, numa relação próxima com o Governo e com as entidades a quem estiverem atribuídas as necessárias tarefas”.

Governo é a clarificação, o fim do desnorte, uma ideia e uma política”.

Já o deputado socialista José Miguel Medeiros, que interveio no final do debate, referiu que “uma coisa ficou clara: o Governo adiou e paralisou de forma totalmente incompreensível o projecto de construção do novo aeroporto internacional de Lisboa, na Ota”.

E acrescentou que “o Governo está totalmente desnortado nesta matéria, como aliás em muitas outras. Não tem decisões preparadas, não tem calendário e não tem uma ideia sobre o assunto”.

Para o também presidente do PS/Leiria, “torna-se também incompreensível que o Governo possa considerar que os projectos do TGV e da Ota sejam indissociáveis e ao mesmo tempo equacione cenários para o TGV excluindo a Ota”.

E alertou que “se só viermos a ter um novo aeroporto internacional no final da próxima década como parece que o actual Governo pretende, isso fará com que, por inércia, os nossos vizinhos espanhóis se antecipem retirando-nos a possibilidade de sermos nós a verdadeira plataforma atlântica na Europa”, salientando que “esta é, sem dúvida, uma daquelas situações que torna ainda mais clara a incapacidade do Governo para perspectivar o desenvolvimento do País e revela a sua total ausência de visão estratégica acerca do papel de Portugal no contexto internacional, em particular, no ibérico e europeu”.

Por sua vez, o deputado do PS José Augusto Carvalho acusou o Executivo de “falta de ambição e sentido estratégico” e de favorecer Espanha ao adiar a construção do novo aeroporto para depois das eleições legislativas de 2006.

CARRILHO PEDE AO EXECUTIVO QUE ASSUMA MAGNÍFICA ESTRATÉGIA DE LISBOA

O deputado socialista Manuel Maria Carrilho apelou ao Governo para que “mude de rumo e de políticas” e assuma “a magnífica herança” deixada pelo PS prosseguindo a Estratégia de Lisboa, aprovada em 2000 pela União Europeia, e que visa tornar, até 2010, a economia europeia na mais competitiva do mundo baseada no conhecimento, na qualificação e na inovação.

Numa declaração política na Assembleia da República, Manuel Maria Carrilho refere que “o relatório da Comissão Europeia sobre o trabalho feito aponta, contudo, para os maus desempenhos e a insuficiência de resultados obtidos por Portugal”, salientando que estes “resultados decepcionantes” não são surpreendentes, dado que o Governo de direita “bloqueou a aposta feita na



qualificação dos portugueses” pelo anterior Executivo socialista.

Na sua intervenção, o deputado do PS “exortou o Governo a mudar de rumo e a adoptar esta magnífica herança sem hesitações e, sobretudo, sem complexos”. Salientando que “todas as heranças têm as suas dificuldades e as suas qualidades”, Carrilho considerou que “depois de dois anos a falar das primeiras é altura de Durão Barroso e o seu Governo descobrirem as segundas”.

Por outro lado, o deputado socialista traçou um quadro negro destes dois anos de governação de direita assente no neoliberalismo e ortodoxia financeira, referindo que “Portugal é hoje, e em boa medida por responsabilidade do actual executivo, um país mais pobre, mais injusto e mais inseguro”.

CINEMA E AUDIOVISUAL

RESPEITO PELA CRIAÇÃO
E DEFESA DA DIVERSIDADE

O PS apresentou um projecto-lei alternativo à proposta do Governo sobre as actividades cinematográficas e o audiovisual, que considera enfermar de "erros e ambiguidades preocupantes". Tendo como base de partida a política cultural, o objectivo fundamental do documento socialista é o de conseguir uma boa lei do cinema que vá além do mero valor comercial ou mercantil.

Apesar de considerar que a nova lei, cujo debate parlamentar está agendado para o próximo dia 16 de Abril, deveria também incluir o multimédia, para que o diploma socialista pudesse ser discutido juntamente com o do Governo, o PS acabou por centrar-se no cinema e no audiovisual, dado que o mais importante é que da conjugação dos dois textos resulte "uma boa lei do cinema", conforme salientou o deputado Augusto Santos Silva em conferência de Imprensa na Assembleia da República. Para que essa conjugação seja possível

há condições que o PS quer fazer valer, nomeadamente que a política pública seja prosseguida através dos institutos públicos da área (ICAM e Cinamateca), e que a atribuição de apoios financeiros venha a ser feita através de concurso público com recurso a jurís independentes, sempre que estejam em causa valorizações de mérito.

"A proposta do Governo tem coisas muito positivas, como o alargamento do financiamento", disse o deputado, acrescentando no entanto que os socialistas querem ver respeitadas várias condições, que consideram não estar salvaguardadas na proposta do Executivo PSD/PP.

O projecto socialista, que se situa no âmbito da política pública para a cultura, considera que os objectivos essenciais dessa política são "o respeito pela criação, a defesa da diversidade e a promoção do sector, como espaço privilegiado de afirmação da língua e cultura portuguesas".

Os socialistas defendem que o diploma deve manter a obrigação da RTP de co-produzir os filmes financiados pelo ICAM, por considerar que o apoio ao cinema e audiovisual "é uma das funções do serviço público de televisão".

De acordo com Augusto Santos Silva, que se encontrava acompanhado por



A atribuição de apoios deve ser feita através do concurso público com recurso a jurís independentes

Manuela Melo e Luís Fagundes Duarte, o PS quer ainda que a nova lei do sector estabeleça, de uma forma muito clara, as medidas de apoio à distribuição e exibição de cinema português, que estão "deliberadamente confusas" no diploma governamental.

"O Governo prevê a exibição de 60 por cento de filmes portugueses. Ora, se esta quota é de exibição, a produção nacional não o permite, nem os espectadores merecem tal agressão" criticou o deputado do PS.

"Se este valor se refere à percentagem de

filmes nacionais que devem passar nas salas portuguesas, então é um absurdo, porque devem ser exibidos todos os filmes", acrescentou.

Em termos gerais, o ex-ministro da Cultura socialista criticou a proposta governamental por "não distinguir claramente cinema de audiovisual" e "não ter suficientemente em conta" a valorização do sector, sobretudo enquanto actividade cultural e não como indústria vista numa perspectiva económica.

"Não está salvaguardada a evolução feita

nas últimas décadas pela criação cinematográfica portuguesa", afirmou Augusto Santos Silva, salientando que "a discussão não pode ficar reduzida ao número de espectadores internos que o cinema nacional tem, porque ele é uma das formas de projecção internacional da cultura portuguesa, como a Paula Rego, o José Saramago ou o António Lobo Antunes".

Ainda no que respeita a alterações à proposta do Governo, o PS contesta a atribuição de financiamento público a canais televisivos e propõe que os apoios a programas audiovisuais sejam exclusivamente atribuídos a produtoras independentes de televisão, "para não cometer infrações à regra da concorrência".

Entre as inovações constantes no projecto-lei do PS, destaque para "a abordagem do cinema e do audiovisual na dupla perspectiva cultural e económica, tal como as actividades e os sectores são entendidos ao nível da União Europeia" e para "o reforço dos meios de intervenção do organismo com responsabilidade na execução das políticas para o cinema e o audiovisual, prevenindo a possibilidade da celebração de contratos-programa e de participação em fundos de investimento e de garantia".

FOGOS FLORESTAIS 2003

RELATÓRIO BRANQUEIA
RESPONSABILIDADE DO GOVERNO

O relatório sobre os incêndios florestais ocorridos no Verão de 2003 foi debatido no passado dia 2 de Abril e aprovado um dia antes em sede de Comissão Parlamentar com os votos contra do PS, por considerar que o documento procura "ocultar as responsabilidades do Governo na dimensão da tragédia que, apesar das circunstâncias, poderia ter sido de proporções bem menores".

Em declarações ao "Acção Socialista", o deputado José Miguel Medeiros afirma que é clara a "tentativa da maioria de branquear falhas do Governo que tiveram as consequências que tiveram e que todos os portugueses viram".

"Exigimos que, rapidamente, sejam postas em prática as recomendações aprovadas", disse, acrescentando que se continuarem os atrasos na implementações das medidas necessárias, há o fundado receio de se repetir "este ano o cenário trágico de 2003".

"As divergências entre PS e Governo não são ao nível das recomendações, que na sua essência são consensuais, mas nas conclusões do relatório", esclarece o parlamentar socialista, sem deixar de salientar, a propósito da constituição das Comissões Municipais de Defesa da

Floresta Contra Incêndios, que "de pouco ou nada vale exprimir intenções senão se procede a uma afeição de verbas e meios e a uma organização eficiente da orgânica deste sector".

Para o deputado socialista, é inaceitável que o Executivo procure escudar-se nas condições meteorológicas, na desorganização das florestas e na descoordenação no teatro dos fogos para esconder a sua "preparação atrasada, atabalhoada e irresponsável" para a prevenção e combate aos incêndios, "tentando arumar a casa nas vésperas da tragédia".

As incongruências da maioria são evidentes até no próprio relatório, onde "saltam à vista uma série de contradições", que desde logo são evidenciadas pelas declarações dos responsáveis ouvidos em sede parlamentar.

"O Governo quer fazer crer que a descoordenação das operações apenas e só se verificou no terreno, nada tendo a ver com a fusão entre o Serviço Nacional de Bombeiros e a Protecção Civil", lembra, assegurando que "os bombeiros foram heróis neste processo", pelo que "o PS não pode aceitar que se faça deles bodes expiatórios", porque "eles foram vítimas de falhas a nível das estruturas de coordenação superiores e da responsabilidade do Executivo".



nação superiores e da responsabilidade do Executivo".

A recusa de uma evidência

Insurgindo-se também contra o branqueamento das responsabilidades do Governo no agravamento da tragédia do Verão passado, Pedro Silva Pereira classificou o relatório final como "uma cinzenta versão oficial", onde a maioria registou os factos incontornáveis, "escolhendo os da sua conveniência e omitindo grosseiramente os mais adversos".

No plenário da Assembleia da República da passada sexta-feira, o deputado do PS apontou para o facto de em 2003 terem acontecido menos incêndios, menos concentração de ocorrências, menos reacendimentos e, todavia, mais, muito mais área ardida".

"E também não é verdade que os incêndios, ainda que em menor quantidade, tenham adquirido, de uma forma generalizada, proporções gigantescas", afirmou, assegurando de seguida que não houve "nenhum surto de incêndiarismo", nem a acção criminosa organizada, nem tão-pouco "foram encontradas granadas abandonadas nas florestas por imaginários ex-combatentes do Ultramar".

Por isso, frisou Pedro Silva Pereira, "a dimensão inédita da tragédia dos fogos florestais no ano passado ficou a dever-se à conjugação de três tipos de causas: meteorológicas, estruturais e operacionais". Mas a inquestionável associação de conjunto invulgar de factores climáticos com o desordenamento florestal, embora real, não justifica a recusa da evidência por parte da maioria.

"É sobretudo aqui que o relatório se torna

um exercício quase delirante de fuga à realidade das coisas", denunciou Silva Pereira, acusando a maioria do atraso no funcionamento dos postos de vigia, da contratação atrasada de meios aéreos e da constituição demorada dos grupos de primeira intervenção.

O deputado socialista considerou ainda que o documento aprovado desafia o mais elementar bom senso quando afirma peremptoriamente que a fusão dos serviços de bombeiros e a protecção civil não teve qualquer influência na situação vivida com os incêndios em Agosto passado, não obstante quase todos os agentes do sector terem apontado para os efeitos negativos desta inoportuna alteração orgânica.

A ausência da palavra "descoordenação" no relatório da maioria desconcerta Pedro Silva Pereira, que a criticou duramente por não dignificar a Assembleia da República e estar ao serviço do Governo, e adiantou que o PS iria propor a constituição de uma Comissão Eventual de Acompanhamento das Medidas de Prevenção e Combate aos Fogos Florestais, bem como a fiscalização parlamentar do que está a ser feito para evitar um Verão como o de 2003.

MARY RODRIGUES

COLÓQUIO NA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

FERRO DEFENDE CHOQUE TECNOLÓGICO PARA PROMOVER COMPETITIVIDADE

A valorização do papel do Estado na economia e dos serviços públicos, a defesa de um choque tecnológico na promoção da competitividade e a necessidade de novos protagonistas na concertação social, bem como críticas ao neoliberalismo e populismo marcaram a intervenção do secretário-geral, Ferro Rodrigues, no colóquio "Portugal, a Democracia e a Europa - 30 anos após a Revolução".

Neste debate organizado conjuntamente pelas Fundações Friedrich Ebert e José Fontana, na Associação 25 de Abril, Ferro Rodrigues disse que actualmente "há muitos motivos de revolta e insatisfação", mas lembrou que, apesar de tudo, "Portugal está melhor do que há 30 anos". Salientando que "temos de ser mais exigentes e romper com bloqueios que vêm do passado, como os baixos níveis de qualificação, a pobreza, uma gestão ambiental incipiente e um tecido empresarial muito subsídio-dependente", o líder socialista sustentou que "precisamos de aprofundar o nosso modelo de desenvolvimento. A competitividade não se resolve deixando o mercado a funcionar, sem uma intervenção pró-activa do Estado". Neste contexto, e como prioridades para o futuro, Ferro Rodrigues apontou a necessidade de se "voltar a colocar a prioridade na educação e na qualificação", de "uma política cultural que promova a



Não se deve ganhar competitividade à custa da coesão social

diversidade e o cosmopolitismo" e de "serviços públicos mais exigentes", mostrando-se contrário a lógicas de privatização de sectores como a saúde e a segurança social". Para sermos mais competitivos, o líder do PS defendeu também "um modelo económico mais centrado na inovação, um choque tecnológico que permita ao país competir ao mais alto nível e novos modelos de diálogo e concertação, com novos protagonistas, e o reforço do papel da União Europeia numa lógica de paz e equilíbrio à escala mundial, impondo regras à globalização sem regras". Para Ferro Rodrigues, o caminho passa por

"não se ganhar competitividade à custa da coesão social", defendendo neste contexto ser necessário construir "uma mudança responsável mas ambiciosa". Por outro lado, o secretário-geral do PS voltou a alertar para os perigos da "ascensão muito forte do populismo", do "progressivo afastamento dos cidadãos em relação à vida política" e da "hegemonia da lógica do lucro na nossa sociedade, nomeadamente na Comunicação Social".

Socialistas não podem contemporizar com a direita

Já Mário Soares, na intervenção que

efectuou na parte da manhã, fez violentas críticas à política económica e financeira do Governo, que acusou de ter colocado Portugal na situação "mais difícil" desde o 25 de Abril de 1974, com políticas de "compromisso com grupos económicos e de enfraquecimento do Estado social". "Tivemos no passado políticas de aperto de cinto, mas nunca com a brutalidade que essas políticas são feitas hoje", defendeu Mário Soares, acrescentando que "nos últimos dois anos, ouvimos promessas para a saúde, educação e justiça, mas não se vê nada".

Pelo contrário, observou, "nunca houve um tão grande compromisso entre os grandes grupos económicos e o Governo", lembrando que "há democracias que começam a ser dominadas por oligarquias".

O eurodeputado socialista condenou "a osmose entre negócios e a política", alertando que "hoje, em Portugal, infelizmente, está a desaparecer a ideia de interesse público e o Estado está a ser corroído das maneiras mais extraordinárias".

Neste contexto, Mário Soares perguntou: "Se tudo está a ser privatizado, como pode o Estado assegurar as suas funções sociais?".

Na sua intervenção, o ex-Presidente da República lamentou ainda uma certa rendição de alguns socialistas europeus, em nome de uma pseudo-modernidade, aos encantos do mercado, lembrando que, na segunda metade da década de 90, "os socialistas tiveram 11 governos" entre os 15 Estados-membros da União Europeia, mas optaram por fazer "uma imitação do modelo dos Estados Unidos".

"Em vez de seguirem o seu próprio modelo, preferiram seguir as sacrosantas regras da competitividade", disse.

E advertiu que "o eleitorado socialista não está interessado em saber se o défice sobe ou desce. Não podemos deixar que eles, a direita, passem certas barreiras, como aquela de eliminar o actual preâmbulo da Constituição da República".

"Não podemos contemporizar com as ideias deles em matéria económica, política ou social", frisou.

J. C. CASTELO BRANCO

FERRO À RENASCENÇA E AO "PÚBLICO"

EUROPEIAS SÃO OPORTUNIDADE PARA O ELEITORADO MOSTRAR O DESCONTENTAMENTO COM O GOVERNO

O PS pede ao eleitorado que dê uma vitória aos socialistas nas europeias, não para derrubar o Governo, mas para lhe mostrar o seu claro descontentamento face às políticas prosseguidas. Este esclarecimento feito por Ferro Rodrigues em entrevista ao programa "Diga lá, Excelência", da Rádio Renascença, e ao "Público", que conta também com a colaboração do canal 2 da RTP. O secretário-geral apontou o falhanço da tentativa de criação de uma "vacina contra o PS", afirmando, por outro lado, que a sua liderança entrou na fase de construir uma alternativa ao poder da coligação. Segundo Ferro, estes foram "dois anos muitos difíceis", ora por motivos

políticos, ora em virtude de uma guerra aberta contra a sua pessoa. Sublinhando que embora a maioria governamental tivesse feito do PS um alvo prioritário, no sentido de o responsabilizar por tudo o que de mau tinha acontecido, estava a acontecer e continuaria a acontecer, Ferro Rodrigues confia nos portugueses para que nas eleições europeias exprimam pelo voto o tal cartão amarelo de que tem falado. Dois anos passados depois da sua chegada ao lugar de secretário-geral do Partido Socialista, Ferro faz um balanço da sua liderança apontando para que "foi possível mostrar alguma renovação nas estruturas dirigentes, como o

secretariado nacional e o grupo parlamentar", mas também "renovaram-se métodos de trabalho e discussão política". Sobre a integração de dois notáveis do PS nas listas para o Parlamento Europeu, António Costa e Ana Gomes, esclareceu que esta não constitui nenhuma fuga ou abandono do "ferrismo". "Há aquilo que nos pareceu mais indicado nesta fase do combate político para uma vitória eleitoral e para um bom trabalho no PE que era ter uma equipa de excelente qualidade", defendeu, deixando bem claro que: "para mim não há "ferrismos" porque "este secretário-geral procura a consolidação da força e da unidade socialistas".

Neste sentido, Ferro garante que quis ser o único responsável pelas decisões tomadas recentemente (listas para as europeias e liderança do grupo parlamentar) que, reconheceu, "não podem agradar a toda a gente". Quanto aos resultados eleitorais, Ferro Rodrigues alertou para o facto de ser a abstenção o principal perigo, uma vez que, "apesar do descontentamento que existe em relação ao Governo (...) corre-se o risco deste não ser expresso nas urnas", e enfatizou que todos os que têm responsabilidades na política e na Comunicação Social devem procurar combatê-la. No respeitante à política nacional, o líder socialista foi peremptório ao afirmar que

os pactos de regime "são possíveis, mas sem cair naquela outra lógica de que em Portugal tem de haver pactos para tudo". Já sobre a eventual candidatura presidencial de António Guterres, Ferro declarou não ter "nenhum elemento concreto" que lhe permita responder a essa interrogação. "Essa questão é da estrita vontade individual do candidato, se o for", disse. Sobre os candidatos à liderança do PS, Ferro Rodrigues considerou este facto como "um excelente sinal de mudança", lembrando que avançou quando não havia gente disponível para o fazer. "Espero que haja um congresso competitivo e interessante para os socialistas e para o país", concluiu.

GUTERRES DEFENDE COLIGAÇÃO PROGRESSISTA PARA REFORMAR INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

A reforma das instituições internacionais, tendo em vista uma nova ordem internacional, balizou a conferência de António Guterres do passado dia 27 de Março, na Casa-Museu João Soares. Falando na qualidade de presidente da Internacional Socialista (IS), Guterres defendeu alterações de funcionamento do FMI, da OMC e da ONU, por forma a reforçar o multilateralismo e a evitar a política unilateral de qualquer país.

"O mundo como hoje o temos, a forma como os poderes se subordinam à força e aos interesses, é um mundo não apenas politicamente inaceitável como é um mundo condenável", afirmou, explicando que para contrariar a actual situação do mundo, os países, partidos e cidadãos devem constituir "uma grande força progressista" que procure o equilíbrio e se funde no respeito pelos direitos humanos. A criação de uma efectiva opinião pública mundial terá de ser o contraponto aos poderes neoliberais existentes em muitos países, como é o caso dos EUA de Bush, sublinhou António Guterres, observando de seguida que as posições unilaterais de Washington constituem um "fenómeno contagioso", levando outros países a assumir acções de força de forma isolada e, dessa forma, prejudicando os mais fracos.

Segundo o ex-secretário-geral do PS, os erros cometidos com a invasão do Iraque serão "muito difíceis de resolver", pelo que, este país se "transformou no principal campo de treino do terrorismo no mundo".

Como forma de quebrar o impasse que marca a cena internacional, Guterres voltou a defender a reforma das Nações Unidas, nomeadamente porque esta



organização se vê "bloqueada em diversas ocasiões".

A reforma do Conselho de Segurança, com a entrada de países como o Brasil, Índia ou África do Sul como membros

permanentes e mais três representantes do hemisfério sul, foi uma das soluções preconizadas pelo ex-primeiro-ministro. Reformar o sistema de veto dos membros permanentes, permitindo votos contra sem que isso implique um chumbo; limitar esse direito a determinadas situações ou, em último caso, a um acordo de princípios que condicione este mecanismo foram outras propostas avançadas.

O líder da IS defendeu ainda a criação de uma "Organização Mundial do Ambiente" e de um "Conselho de Desenvolvimento Sustentável" no quadro das Nações Unidas, que coordene o processo de globalização, contrariando o "predomínio ideológico do neo-liberalismo das últimas décadas".

DEMISSÃO FOI ANTECIPAÇÃO À INEVITABILIDADE

No encontro que juntou muitos dirigentes socialistas como Ferro Rodrigues, António Costa, Jorge Coelho, António José Seguro, além do cabeçade-lista do PS às europeias, Sousa Franco, o ex-primeiro-ministro António Guterres foi questionado sobre a sua demissão, há dois anos, tendo considerado aquela decisão como uma antecipação face à inevitabilidade de eleições extraordinárias.

A derrota do PS nas autárquicas de Dezembro de 2001 e a ascensão dos partidos de oposição "iriam conduzir a uma lógica penosa que seria preciso interromper, a prazo, dando o voto e a decisão ao povo", afirmou, acrescentando que esta "era uma questão de

tempo", uma vez que "ainda havia condições para continuar no poder, mas não para executar um projecto em que se acreditava".

Para António Guterres, um "Parlamento sistematicamente bloqueante" onde seriam precisos constantemente votos como o do "queijo limiano" não aconselhava a continuar a governação. "Foi o que fiz", lembrou, frisando que a sua atitude contrasta com os comportamentos daqueles "que se agarram aos lugares, prestando um mau serviço aos países e aos partidos que representam".

"Tenho a consciência perfeitamente tranquila quanto à opção que tomei", declarou o ex-secretário-geral do PS.

ELEIÇÕES REGIONAIS

CARLOS CÉSAR DIZ QUE PS É GARANTE DE JUSTIÇA SOCIAL NOS AÇORES

O PS/Açores é o garante e "o mais legítimo representante" dos ideais de modernidade, de progresso, de fraternidade e de justiça social que enformaram o movimento da madrugada de 25 Abril de 1974. Esta é a mensagem deixada por Carlos César na festa comemorativa do trigésimo aniversário do 25 de Abril, que decorreu no Teatro Ribeira-grandense.

Centrando o seu discurso na crucialidade do sufrágio regional de Outubro, o líder dos socialistas dos Açores lembrou que dentro de meses, em eleições livres para a Assembleia Legislativa Regional, os açorianos têm duas alternativas.

"Ou continuamos a votar pelo nosso autogoverno, pela paixão pelos direitos sociais, pela defesa intransigente dos interesses dos Açores, pela defesa da Autonomia, ou teremos que ter na região um verdadeiro 'Cavalo de Tróia' do

centralismo, da insensibilidade aos direitos sociais, do desemprego que grassa no País, afirmou o presidente do Governo Regional.

César apelou aos açorianos para votarem com a consciência das diferenças entre a Direita e a Esquerda. Sobreretudo porque, como considerou na sua intervenção, "é necessário distinguir as políticas de uns e de outros".

"Somos daqueles que não trocamos a diminuição das despesas de funcionamento na região pela diminuição do investimento na Educação" garantiu, acrescentando que o PS/Açores também não trocará a diminuição das despesas de pessoal e o seu peso no Orçamento Regional pela redução do número de psicólogos nas escolas, de ajudantes de reabilitação junto das pessoas com deficiência, de amas, de zeladores que

cuidam dos idosos, das crianças ou das pessoas com deficiência.

O presidente do Governo Regional realçou ainda que os socialistas "não trocam a facilidade orçamental pela diminuição dos cuidados de saúde, dos complementos de pensões aos idosos, ou pelas tarefas de combate à pobreza".

Defendendo a necessidade de invocar a Revolução dos Cravos, Carlos César lembrou que esta "trouxe, ao longo destes 30 anos, a consolidação de um novo sistema constitucional, a maioridade, a emancipação, a consagração de direitos, liberdades e garantias, e uma Constituição que, felizmente, permite que hoje os organicistas, os economicistas e os maluquinhos do défice, não triunfem sobre os direitos sociais, sobre a democracia, sobre a liberdade, sobre a segurança dos cidadãos".

O País relativo

O REGRESSO À POLÍTICA

O Governo já nem à vista consegue navegar. As eleições europeias são daqui a dois meses e nem cabeça de lista, nem lista, nem programa. Nada. A política resume-se a vogar ao sabor dos dias: aglomerados de pequenas medidas dispersas, uma ou outra aparição de Durão Barroso, explicações fracas ou inexistentes sobre todos os problemas que se vão agudizando (listas de espera, contas dos hospitais, desemprego).



MIGUEL CABRITA

Há quase um mês, o PP preparava-se para ganhar as eleições em Espanha por uma margem pouco mais do que tangencial. Mas confrontados os espanhóis, pela primeira vez, com as *consequências* bem reais e trágicas dos riscos assumidos no passado por Aznar, os responsáveis populares deixaram-se enredar numa espiral de manipulação e mentira. E perderam as eleições, com toda a justiça. Foi quanto bastou para, em mais uma manipulação

grosseira da realidade, muito boa gente viesse dizer que tinha sido, afinal, o terrorismo a ganhar as eleições. Mas não foi.

Quem perdeu as eleições foi um Governo subitamente confrontado com as consequências dos temerários riscos assumidos por si e por mais ninguém. Não se trata de aproveitar politicamente a questão; trata-se, simplesmente, de utilizar a facilidade da memória para lembrar as opções passadas de envolvimento na questão iraquiana. A mesma memória, aliás, que caberia utilizar em Portugal perante uma situação semelhante. Ou no que toca à segurança dos militares portugueses enviados para o Iraque. O terrorismo escolhe os seus alvos indiscriminadamente, dirão alguns, e não se deve ceder a chantagens; mas o que é certo é que o envolvimento é uma opção e que os riscos também se gerem; e não foi certamente por acaso que Madrid foi o alvo escolhido do terrorismo islâmico.

Poucos dias depois, as eleições regionais em França resultaram, também, numa hecatombe eleitoral para a direita. O bode expiatório do terrorismo, neste caso, é insuspeito, e não se vislumbra outros facilmente disponíveis. Resta, por isso, e para tristeza de alguns, uma ordem de explicações: a(s) política(s). Foi um país *cansado* do *esgotamento* político da direita no poder que transformou o mapa político francês de alto a baixo.

O esgotamento da margem de manobra da direita em França, no poder há largos anos, tem, cada vez mais, um estranho paralelo no Governo português. Um Governo de maioria absoluta que ao fim de dois anos e alguns meses parece velho de dez anos. Quase refém de um pequeno partido, e com um primeiro-ministro *sombra*, ausente, o PSD entretém-se a discutir umas eleições presidenciais para as quais faltam mais de dois anos, ou o passado governativo do PS sempre que as coisas estão feias. No entanto, o Governo já nem à vista consegue navegar. As eleições europeias são daqui a dois meses e nem cabeça de lista, nem lista, nem programa. Nada. A política resume-se a vogar ao sabor dos dias: aglomerados de pequenas medidas dispersas, uma ou outra aparição de Durão Barroso, explicações fracas ou inexistentes sobre todos os problemas que se vão agudizando (listas de espera, contas dos hospitais, desemprego). Não espanta por isso que os eleitores estejam a regressar à política. E vão ter oportunidade de o demonstrar já em Junho. Era bom, para o país, que o dr. Durão Barroso percebesse o que isso significa.

Breves

SECRETÁRIO-GERAL

O **secretário-geral do PS**, Ferro Rodrigues, reuniu-se ontem com o primeiro-ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, na embaixada daquele país, em Lisboa.

FEDERAÇÕES

A **FAUL** manifestou a sua "satisfação" com o prolongamento do metropolitano até Odivelas, recordando que foi com o Governo do PS que se aprovou o projecto, se garantiu o financiamento no actual QCA e se lançaram os concursos públicos respeitantes às obras que permitiram abrir a linha à exploração até Odivelas.

Em comunicado, a FAUL questiona ainda o Governo nas seguintes matérias: "para quando a decisão relativamente ao prolongamento do metro ao aeroporto da Portela e a Alcântara? Os atrasos no arranque da 1ª fase do Metro Ligeiro de Superfície Algés/Falagueira e Loures/Odivelas são para acabar de vez ou estamos novamente confrontados com mais uma mentira deste Governo?"

O **PS/Algarve**, em comunicado, refere "não poder deixar de demonstrar a sua satisfação pela recente tomada de decisão da ARS/Algarve em alargar o prazo de discussão do Plano Director Regional de Saúde até finais de Abril, interpretando as críticas formuladas pelos socialistas que desde o primeiro dia criticaram a metodologia utilizada para discutir o referido Plano".

A Federação algarvia "reafirma a sua determinação em contribuir de uma forma séria para a discussão do PDRS do Algarve integrando-o no Plano Nacional de Saúde, comprometendo-se a apresentar publicamente a sua posição e contribuindo decisivamente para a formulação de um PDRS que seja um instrumento apto a ser implementado ao longo dos anos sem as vicissitudes das mudanças de ciclo político".

A **Comissão Política da Federação de Bragança** esteve reunida no passado dia 2 de Abril, na sede do PS de Macedo de Cavaleiros, onde foi feita a análise da situação política actual e a iniciada preparação das próximas eleições europeias.

Em comunicado de 24 de Março, o **Secretariado**

da **Federação de Portalegre** manifesta a sua indignação pelo vergonhoso resultado de um estudo nacional sobre pobreza que conclui que 200 mil pessoas passam fome em Portugal.

A distrital alentejana depois de saudar a vitória em Espanha do PSOE de José Luis Zapatero, apela ao voto protesto em Portugal.

CONCELHIAS

A **Concelhia das Caldas da Rainha do PS** lançou um concurso destinado a comemorar os 30 anos da Revolução dos Cravos, cujo presidente do júri será o capitão de Abril Marques Júnior.

Intitulado "Trinta nos do 25 de Abril: no coração da democracia por um dia", o concurso destina-se a jovens residentes no concelho entre os 10 e os 18 anos.

A **Concelhia do PS/Oeiras** organizou, no passado sábado, uma manifestação, acompanhada de buzina, contra o projecto da Cidade Judiciária de Caxias, que considera ser "um atropelo à lei e à qualidade de vida", dado que o processo decorreu sem consulta aos autarcas locais e por não terem sido realizados estudos sobre o saneamento, o impacto ambiental e estrutura viária, entre outros.

A **Concelhia de Tomar do PS** criticou a "reduzida" execução dos projectos da câmara local em 2003, apesar do elevado volume de taxas e impostos municipais cobrados.

"As receitas da autarquia, com taxas de execução elevadas, são obtidas à custa da cobrança exagerada de impostos e taxas sobre os municípios, sem o retorno efectivo para a melhoria da vida das populações", referem os socialistas em comunicado.

Gonçalo Ribeiro Teles, Siza Vieira e Bruno Soares foram os convidados da última tertúlia organizada pelo Fórum Cidade, a estrutura da **Concelhia de Lisboa do PS** criada para preparar a alternativa ao actual executivo camarário.

Realizou-se no passado dia 27 de Março a **Convenção Concelhia do PS/Cascais**. Em debate estiveram dois painéis sobre "Áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais" e "Os novos desafios do poder local" em que foram oradores, respectivamente, Francisco Assis e João Cravinho.

Entretanto, o PS/cascais apresentou uma queixa-crime e um pedido de sindicância contra a câmara local, presidida por António Capucho, devido a violação de regras e normas orçamentais e de despesa pública.

A **Concelhia do PS/Faro** promoveu no dia 3 de Abril um jantar-conferência subordinado ao tema "30 anos de democracia", que contou com a presença do presidente do partido, Almeida Santos, e de personalidades da sociedade civil farense.

A **Concelhia do PS/Leiria** acusou o PSD de estar a "tentar criar uma regionalização encapotada, sem consultar os eleitores". Em comunicado, a Concelhia socialista reagia ao facto consumado da constituição da Área Metropolitana de Leiria, salientando que neste processo "Leiria sofreu uma clamorosa derrota política ao ver fugir para o Oeste os municípios do sul do distrito, perdendo claramente influência face a concelhos com os quais tem que concorrer, que viram reforçado o seu peso regional liderando Grandes Áreas Metropolitanas".

A **Concelhia do PS de Pampilhosa da Serra** manifestou-se contra a pretensão do presidente da câmara local de querer impor à população, contra a sua vontade, a instalação de um centro de tratamento de lixo industrial no concelho.

O **Secretariado da Comissão Política Concelhia de Portalegre** do Partido Socialista congratula-se, em comunicado, com a decisão tomada pela Assembleia Intermunicipal, no sentido da criação da Grande Área Metropolitana do Alentejo.

Ainda num outro documento do Secretariado, a **concelhia de Portalegre** desafia o executivo local a falar verdade aos municípios e dizer o que se passa com a Fundação Robinson, explicando as razões da reviravolta de Mata Cáceres.

SECÇÕES

O líder da bancada do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, Dias Baptista, esteve no passado dia 30 nas instalações das **Secções da Penha de França e S. João/Beato**, para fazer um balanço da oposição socialista à "gestão casuística, de 'show-off' e errática" de Santana Lopes no município, numa iniciativa que contou com a presença de largas dezenas de militantes.

Os socialistas do Nordeste, ilha de S. Miguel, nos Açores, acusaram a gestão laranja da câmara local de "falta de estratégias inovadoras" nos dois primeiros anos de mandato, caracterizados pela "ausência de medidas ajustadas às reais necessidades" do concelho.

O 29º aniversário da **Secção da Bobadela** foi assinalado com uma sessão comemorativa nas suas instalações, que contou com a presença de cerca de 60 militantes, entre os quais o presidente da FAUL, Joaquim Raposo, e o presidente da Câmara de Loures, Carlos Teixeira.

AUTARQUIAS

Os **autarcas socialistas de Mira-Sintra** criticaram a maioria PSD/PP/CDU que governa a Câmara de Sintra, por ter retirado 2,5 milhões de euros para infra-estruturas na freguesia. As verbas, referem os autarcas do PS, estavam destinadas à construção de um centro de apoio à criança, um centro de dia, um parque urbano, uma casa da cultura e a via de ligação entre a Av. dos Bombeiros Voluntários e a Freguesia do Cacém, "projectos que tinham sido praticamente prontos pelo anterior executivo socialista".

GRUPO PARLAMENTAR

Os **deputados do PS eleitos pelo círculo de Setúbal** visitaram no passado dia 30 de Abril o Hospital de S. Bernardo, onde se inteiraram dos serviços e mantiveram contactos com os profissionais dessa unidade hospitalar.

DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

O **DNMS** promoveu um conjunto de debates sobre a Europa, em Faro, Portalegre, Évora, Madeira e FRO, no sentido de mobilizar o força política feminina para dar o seu contributo na construção do futuro da União, inspirado no princípio da igualdade. Sónia Fertuzinhos, Ana Gomes, Jamila Madeira, entre outros dirigentes do PS, fazem assim um apelo ao contributo de 50 por cento de responsabilidade que cabe às mulheres neste projecto nacional.

SECRETÁRIO-GERAL

10 de Abril – 18h00 – Ferro Rodrigues desloca-se a Olhão para participar, na conferência "O futuro da União Europeia após as eleições europeias", a realizar-se no parque de campismo local, no âmbito do Acampamento Nacional da Juventude Socialista.

14 de Abril – 12h00 – Ferro Rodrigues, acompanhado pelo deputado Leurentino Dias recebe em audiência, na Sede Nacional do PS, a direcção da Fundação Carlos Lopes.

15 de Abril – 11h30 – Ferro Rodrigues recebe, no Largo do Rato, a direcção da Associação 25 de Abril.

23 de Abril – Ferro Rodrigues participa no Congresso PSE, em Bruxelas.

FEDERAÇÕES

7 de Abril – 21h00 – Jorge Lação, António Marinho e Sónia Sanfona, sob a moderação de Fernando Pratas, participam na conferência "O Estado, o Cidadão e a Justiça", da iniciativa da Federação de Santarém, a decorrer no Centro Cultural do Entroncamento.

14 de Abril – 21h00 – "Exclusão Social: Uma doença da democracia" é o tema de discussão de um encontro a realizar-se no auditório da Casa do Brasil, em Santarém, promovido pela distrital socialista, e que contará com a participação de Rui Cunha, Elza Pais e António Carmo.

16 de Abril – 21h00 – A sede da Federação de Beja é o local escolhido para a realização de uma reunião do secretariado do PS do Baixo Alentejo, alargada aos presidentes das concelhias, aos coordenadores das secções, presidentes de câmaras, primeiros vereadores e membros da ANAFRE.

Na agenda de trabalhos deste encontro inclui-se a programação das actividades dos Gabinetes de Apoio e Formação dos Autarcas Socialistas e de estudos e Formação, bem como as eleições europeias de 13 de Junho.

17 de Abril – 14h30 – A Federação do PS Algarve promove uma sessão pública sobre "30 Anos de Democracia: Problemática do emprego nos nossos dias" e "Educação Emprego e Qualificação", no auditório da Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo, no Campus da Penha, em Faro, contando com a participação de Rui Cunha (secretário nacional do PS),

Carlos Trindade (coordenador da corrente sindical socialista da CGTP-IN), Jamila Madeira (líder da JS) e António Morais (presidente da direcção do Sindicato dos Transportes Rodoviários do distrito de Faro), António Pina (ex-director regional de Educação do Algarve), Óscar Soares (membro do Secretariado Nacional da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN) e Rui Lourenço (representante da Federação do PS Algarve).

CONCELHIAS

17 de Abril – 19h30 – Com a presença do coordenador do PS para as eleições autárquicas Jorge Coelho e do presidente da Federação Distrital de Viana do Castelo, Rui Solheiro, a Secção de Paredes de Coura promove, nas instalações da Escola EB-2/3 Secundária, um jantar de homenagem a José de Sousa Guerreiro (presidente da Câmara até Dezembro de 1993), Francisco João Gomes de Castro (presidente da Assembleia Municipal até Dezembro de 2003) e Mário Pereira Brandão (membro da Assembleia Municipal até Abril de 2002).

GRUPO PARLAMENTAR DO PS

29 de Abril – Ao abrigo do direito potestativo de agendamento, as contas do primeiro ano de actividade dos hospitais empresa são discutidas no hemiciclo de S. Bento, por iniciativa do PS.

SECÇÕES

23 de Abril – 21h30 – A Secção de Cedofeita promove, no auditório da Federação Distrital do Porto, um debate sobre "25 de Abril Ontem e Hoje", cuja oradora convidada é a deputada Helena Roseta.

MULHERES SOCIALISTAS

16, 17 e 23 de Abril – O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas prossegue com um conjunto de mais três debates sobre a Europa nas federações do PS de Santarém (21h00), Açores (15h00) e Castelo Branco (21h00), respectivamente.

COELHO CONTESTA CRIAÇÃO DE PSEUDO-REGIÕES

O modelo da regionalização voltou a ser defendido por Jorge Coelho, por considerar que o actual processo de criação de áreas metropolitanas "não tem regras" e não vai contribuir para o desenvolvimento sustentado do país.

Ao intervir em Viseu, no dia 22, no debate sobre o tema "Que contributo terá a futura área metropolitana na afirmação de Viseu?", o coordenador autárquico do PS disse duvidar que a criação destas estruturas intermunicipais "vá servir para alguma coisa".

"Antes, na altura do referendo da regionalização, falávamos em nove regiões, agora já vamos em 23, cada uma com o seu tamanho. A lógica é 'crescei e multiplicaí-vos', não tem regras", criticou Jorge Coelho, acrescentando que há concelhos "que vão ficar pendurados", sem pertencerem a nenhuma.

Perante este quadro desolador, o dirigente socialista prevê que, concluído o processo, este vá "ser uma grande depressão psicológica para os autarcas, que têm acreditado num modelo que lhe venderam e que não deu em nada".

Assim, Jorge Coelho defende que Portugal devia seguir o exemplo de outros países da



Portugal precisa é de decisões legitimadas pelos portugueses

Europa, fazendo "uma regionalização a sério, com regiões de outra dimensão", que pudessem ser plataformas de poder intermédio entre autarquias e poder central. "Não há nenhuma região em nenhum país da Europa com a mesma dimensão e população que estas pseudo-regiões que se querem criar em Portugal", sublinhou. Entretanto, num debate sobre as áreas metropolitanas realizado no dia 24, em Anadia, Jorge Coelho considerou que o ajustamento da Administração Pública às

áreas metropolitanas que se está a desenhar será "uma catástrofe nacional", porque vai fazer disparar a despesa pública.

"Para quem tanto criticou que se ia dividir o país em nove regiões, já vamos em 23 com a regionalização encapotada", ironizou, defendendo que Portugal precisa é de "regiões com poder político legitimado pelos portugueses".

"O Governo tem de ter uma estratégia nacional para a gestão territorial e não andar a evitar chatices", acrescentou.

Pelourinho da República



"Uma sondagem dizia que eu tenho muitos apoiantes entre as senhoras e os jovens. Então se eu raspar o cabelo e usar um brinquinho é que vai ser".

Luis Filipe Menezes
Público, 27 de Março

"Isto não é uma homenagem. Eu é que convidei as pessoas por acção de graças por não ter ido para os anjinhos."

Avellino Ferreira Torres
Público, 25 de Março

"Não domino os papéis."

idem

"Nós, na Segurança Social, temos um princípio sagrado: o respeito pelos direitos adquiridos"

Bagão Félix
SIC Notícias, 25 de Março

"Quero obter em 2006 a maior maioria parlamentar alguma vez alcançada por um governo português desde que a democracia foi implantada."

Expresso, 27 de Março

"Estejam atentos aos vossos vizinhos, colegas e amigos."

Comunicado da Polícia de Londres contra o terrorismo
Público, 23 de Março

"O terrorismo é para nós o absoluto Outro, a antimatéria. (...) Não se fala com a morte. Ponto final."

Pacheco Pereira
Público, 25 de Março

"Pacheco Pereira diz que não se pode negociar com mortos, mas eles não são mortos, nem são seres desprovidos de racionalidade."

Mário Soares
Público, 27 de Março

"Os terroristas não são marçianos."

idem

"Sou o último romântico do 25 de Abril."

Mota Amaral
Expresso, 27 de Março

"Há dias a imprensa anunciou ter o presidente da Câmara de Lisboa comprado um edifício a fim de aí instalar uma Casa Eça de Queirós. Em tempos funcionara ali um hotel chamado Bragança. Acontece que não era o Bragança que vagamente se pode relacionar com Eça."

Maria Filomena Mónica
Público, 24 de Março

"Como uma desgraça nunca vem só, não foram apenas os papéis, mas também a biblioteca de Eça a desaparecer. (...) A câmara de Lisboa gastou dinheiro com a aquisição de um prédio onde apenas poderá exibir a dra. Ana Nascimento Piedade [entretanto nomeada directora]."

idem

TRÊS PERGUNTAS A LUÍS NAZARÉ

Ao longo do passado mês de Março o Gabinete de Estudos (GE) levou a cabo um conjunto de fóruns temáticos relativos às grandes áreas de intervenção política. O "Acção Socialista" falou com Luís Nazaré, o novo director do GE, sobre a importância dessas sessões e sobre as iniciativas que pretende desenvolver enquanto responsável pelo a coordenação das equipas que estão a trabalhar na matriz do próximo programa de Governo do PS.



De que forma contribuíram os fóruns temáticos de Março para o enriquecimento das propostas que o Gabinete de Estudos tem vindo a trabalhar?

A estrutura de base do Gabinete de Estudos (GE) é composta por 42 grupos temáticos que, de um modo geral, seguem a lógica da matriz governativa, com as suas áreas e subáreas funcionais. Neste trabalho contínuo participam centenas de pessoas, militantes do PS e independentes, que se reúnem regularmente, por todo o país, para analisar *inputs*, discutilos e produzir *outputs* relevantes para a acção política do PS.

Os nove fóruns temáticos realizados durante o mês de Março pretenderam responder, de um modo coerente e transversal, à necessidade de agregação de conjuntos homogêneos de temas, num esforço de sistematização de ideias e propostas em torno de grandes áreas de intervenção política. Assim, tivemos: Portugal aberto ao mundo, Valorizar a

língua portuguesa, Ambiente e desenvolvimento, Saúde, Justiça, Estado amigo do cidadão, Segurança dos cidadãos, Qualificação dos portugueses e Portugal mais competitivo e solidário. Vamos agora analisar os resultados, reflectir neles e avançar.

Na sua nova qualidade de director do GE, quais as iniciativas que pretende desenvolver?

Em primeiro lugar, prosseguir a dinâmica que o GE tem conhecido, ainda que por vezes de modo irregular. Com base no trabalho desenvolvido até hoje, onde destaque o vigoroso élan introduzido pelo António José Seguro na direcção do GE, há que, por um lado, aumentar a capacidade de mobilização e, por outro, concretizar propostas susceptíveis de darem corpo à alternativa que o PS tem o dever de propor aos portugueses. Neste âmbito, a direcção executiva irá traçar o programa de acção mais adequado até ao final do ano e daí para a frente, introduzindo os ajustamentos na actual matriz de funcionamento que vierem a revelar-se necessários. Darei regularmente conta do andamento das coisas. Ao mesmo tempo, o GE não pode perder

de vista a necessidade de realizar iniciativas com impacto público, mobilizadoras da opinião, designadamente através da participação de individualidades estrangeiras com reconhecido prestígio. Vamos ver até onde poderemos ir, face à necessidade de contenção de gastos. Mas conto com a capacidade criativa dos socialistas e com a qualidade das pessoas para se superarem obstáculos.

Qual a importância do GE enquanto instrumento mobilizador do partido?

Deveria ser grande, mas temos de nos confinar à nossa própria escala. Ou seja, para um Labour, um SPD ou um Partido Democrático (EUA), é fácil terem acesso a uma rede de *think tanks*, em múltiplas frentes temáticas, que alimentem os diagnósticos e a formulação de alternativas, numa base rigorosa e sustentada, imune às alternâncias de poder. Isto é especialmente importante quando se está na oposição. Em Portugal, não temos esses meios nem essa curva de experiência, apesar de o GE do PS ter sido o primeiro entre os partidos portugueses e aquele que tem produzido trabalho mais constante. Para compensar, temos de procurar ser mais criativos e conseguir mobilizar as melhores células cinzentas com o fito no *output*, não no espírito de tertúlia. Espero que o GE possa contribuir activamente para o futuro do PS. Um momento especialmente importante será o próximo congresso do partido, onde o GE deverá estar apto a apresentar um conjunto de ideias-mestras e eixos de acção para a alternativa 2006. Sem pretensões programáticas nem ânsia de protagonismos, somente com dedicação e alma. Vamos ver se somos capazes.

MANUEL PINHO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

UMA NOVA AGENDA PARA TORNAR A ACREDITAR EM PORTUGAL

É necessária uma agenda alternativa, realista e credível, baseada num choque tecnológico que devolva a esperança a Portugal e faça crescer as expectativas dos agentes económicos. Esta ideia tem vindo a ser defendida por Manuel Pinho que, em entrevista ao "Acção Socialista", explica também como conciliar rigor orçamental com crescimento económico: "Não fazendo do orçamento uma obsessão e não pensando o crescimento sem respeitar as restrições orçamentais".

Administrador do BES, este professor de economia, que tem vindo a colaborar em diversas iniciativas do PS, afirma que é totalmente impossível a nova promessa de Durão Barroso de pôr Portugal em linha de convergência com a UE nos próximos 15 anos. Sobre o actual Governo, Manuel Pinho não tem dúvidas em afirmar que, passados dois anos, a avaliação que se faz não pode ser positiva. Para o Pacto de Estabilidade e Crescimento propõe novas regras "flexíveis, realistas e inteligentes".



Na perspectiva económica, o que é que correu verdadeiramente mal ao Governo?

Estamos a viver um dos ciclos de mais baixo crescimento da economia desde há 50 anos. Foi feito um diagnóstico errado da situação, com base no qual foram feitas promessas irrealistas. Há uma enorme distância entre essas promessas e a realidade, o que tem alimentado um pessimismo que está a agravar ainda mais a situação da economia portuguesa. É necessário mudar o rumo.

Tem vindo a propor uma abordagem nova e que parte da agenda económica, para dizer o que estava e o que está errado. Em que pontos é que essa agenda estava errada?

A ideia de uma agenda centrada nos problemas da economia, em vez da actual agenda centrada no défice orçamental e que fez dele uma obsessão, tem vindo a ganhar adeptos. Creio que esta nova agenda merece ser desenvolvida.

A agenda que é necessário substituir destinava-se a criar esperança quando foi anunciada em 2001, numa altura em que já era clara a desaceleração da economia. Contudo, os seus resultados não foram os prometidos e são negativos: estamos a divergir, em vez de convergir, a economia produziu menos em 2003 do que em 2001, a taxa de desemprego é a mais alta desde há dez anos.

O défice orçamental foi eleito o problema número um e transformou-se numa verdadeira obsessão, na principal explicação para os problemas estruturais da economia portuguesa, em particular para o elevado endividamento das famílias e das empresas e para a falta de competitividade. Infelizmente, tal não é verdade, antes fosse.

Esta agenda da obsessão com o défice orçamental apoiou-se na tese do "despessimismo", como se o peso excessivo da despesa pública corrente fosse uma responsabilidade exclusiva do anterior Governo. Tal também não corresponde à

verdade.

O peso da despesa pública corrente sem juros no PIB subiu de 28 por cento (p.c.) em 1986 para 34 p.c. em 1994, no primeiro ciclo social democrata. Entre 1995 e 2001, no ciclo socialista, aumentou de 34 para 37 p.c. Apesar de todas as promessas de rigor, este rácio tornou a deteriorar-se de 37 para 39 p.c. nos últimos dois anos. O que os números revelam é que os anos em que o peso da despesa corrente sem juros mais aumentou foram, de longe, os de 1991 e 1992.

A evolução do peso da despesa pública é um problema sério e difícil de resolver, sobretudo se a economia continuar a não crescer. Porém, não corresponde à verdade que este problema seja da responsabilidade exclusiva do governo anterior.

A agenda que tem vindo a ser aplicada tem três elementos principais: a obsessão com o défice orçamental, a promessa de reformas estruturais que nunca foram muito bem especificadas e o anúncio de um "choque fiscal". Tudo começou a correr mal devido à forma como foi encenada a entrada em vigor desta agenda. Quando uma economia está a desacelerar é como um automóvel a iniciar uma descida, o que um condutor prudente deve fazer é travar, não é acelerar. Porém, a adopção desta agenda foi encenada com um discurso muito pessimista, cujo resultado foi diminuir a confiança dos agentes económicos e acelerar o abrandamento da economia. Foi muito imprudente alimentar o discurso do pessimismo.

Vingou o discurso da tanga.

Chamemos-lhe assim. Passados dois anos, creio que a avaliação que se pode fazer desta agenda merece uma nota negativa e que é necessário substituí-la por uma nova agenda centrada no problema principal, que é a economia.

É necessária que a nova agenda seja bem fundamentada e realista, que não prometa o impossível e que seja credível, de forma a permitir aumentar os níveis de confiança. Esta agenda deve substituir a obsessão

com o orçamento por uma cultura de rigor orçamental. A promessa vaga de reformas estruturais, pela ideia concreta de modernização das instituições. E a ideia pouco responsável de um choque fiscal, por uma aposta séria num choque tecnológico.

Do seu ponto de vista a promessa do choque fiscal não foi o maior embuste de Durão Barroso?

Não conheço nenhum economista sério que se reveja na ideia do choque fiscal. As empresas portuguesas têm um problema de competitividade que, infelizmente, tem raízes profundas. Não é credível que a simples redução das taxas do IRC coloque as empresas portuguesas no mesmo nível competitivo das de países que têm mão-de-obra muitíssimo mais qualificada, que investem mais em investigação e desenvolvimento, com mais capacidade em inovar e cujas empresas operam em mercados com maior dimensão e estão mais expostas à concorrência. Não creio, nem a teoria tal ensina, que um choque fiscal seja a receita milagrosa para recuperar o nosso atraso em termos de competitividade.

Ao contrário desse choque fiscal, tem vindo a propor um choque tecnológico. Em que consiste essa sua proposta?

Temos um grande atraso relativamente à média da UE e estamos a divergir, em vez de convergir. Precisamos de aumentar a taxa de crescimento potencial da nossa economia, que se estima em apenas 2,5% e, para tal, precisamos de galgar etapas, o que implica sermos capazes de operar um salto tecnológico, o futuro não é concorrer com países de mão-de-obra barata.

Uma economia pode crescer através da utilização de mais factores de produção, como seja o trabalho e o capital, ou através do progresso tecnológico. É necessário que o progresso tecnológico passe a desempenhar um papel mais importante

do que até aqui no crescimento da economia portuguesa, precisamos de encontrar forma de galgar etapas. Por si só, o mercado é incapaz de direccionar adequadamente este salto tecnológico e de o alimentar ao ritmo necessário. O Estado tem um importante papel neste processo. A aposta num salto tecnológico requer escolher novas prioridades. A educação e a formação, a investigação e desenvolvimento, a qualidade das instituições, o apoio a sectores em que temos uma vantagem comparativa, a capacidade em operar uma verdadeira revolução na área das novas tecnologias, o apoio aos centros de excelência. Creio que precisamos de uma agenda focada num salto tecnológico, em vez de uma agenda centrada na redução das taxas do IRC.

Em parte, essa sua proposta não corresponde ao definido na Cimeira de Lisboa?

Tal como a concebo, inclui muitas medidas da Cimeira de Lisboa, mas é necessário reconhecer que esta agenda não tem sido desenvolvida como se esperava e seria desejável. Porém, não se esgota aí, uma vez que a nossa economia tem características específicas. Temos de saber marcar o nosso ritmo, não podemos ficar passivamente à espera que as medidas da Cimeira de Lisboa sejam desenvolvidas.

Do seu ponto de vista como deve operar-se o contraciclo económico de forma a voltarmos a crescer em termos de produto interno bruto?

Em 2003, assistimos à contracção da economia portuguesa em 1 por cento, quando a taxa de crescimento do nosso produto potencial é de 2,5 por cento. E a taxa a que nós precisamos crescer para convergir com a média da UE no espaço de uma geração é de 5 por cento. A tarefa de curto prazo consiste em passar de um crescimento de menos 1 para 2,5 por cento, o que depende de factores externos e internos. No que respeita aos primeiros, foi feita uma avaliação incorrecta

da conjuntura internacional. Pensou-se que a conjuntura internacional, nomeadamente na zona euro, iria melhorar, porém tal não sucedeu, apesar da economia americana e dos países asiáticos estarem a crescer muito rapidamente. Seria desejável que os países do Euro revissem o PEC de forma a permitir à política orçamental dar um estímulo à economia em períodos de crescimento abaixo do potencial, tal ajudaria a economia portuguesa.

No que respeita aos factores internos, a prioridade é criar um quadro, definir uma nova agenda credível, de forma a inverter as expectativas dos agentes económicos.

Há pouco aflorou este ponto que gostaria que desenvolvesse um pouco mais. É crível proceder ao relançamento da economia com recurso apenas à redução da taxa do IRC, como o Governo tem vindo a apregoar?

Não haverá uma forte retoma a curto prazo. Em 2000-2001, o sector privado (famílias e empresas) estavam a iniciar um ajustamento espontâneo ao processo que levou a um aumento substancial do seu endividamento. Nessa altura, a economia internacional abrandou, foi alimentado um discurso de grande pessimismo e foram tomadas medidas de ajustamento orçamental que se traduziram no rendimento disponível das famílias.

Não acredito que a redução do IRC baste para a recuperação da economia. A nossa economia está em recessão essencialmente devido à contracção da procura interna privada, ou seja do consumo e do investimento, o que tem vindo a ser agravado pela redução do investimento público, à custa do qual foi feita parte do ajustamento orçamental.

É necessário actuar de forma responsável sobre estas três variáveis, no que ao Estado diz directamente respeito. Tal começa por não fazer o ajustamento orçamental à custa do investimento público e por canalizar os recursos disponíveis para alavancar o choque tecnológico atrás mencionado. Em

Portugal, e ao contrário daquilo que se pensa, o investimento público não é excepcionalmente elevado pelos padrões internacionais. Em percentagem do PIB, é actualmente inferior ao que se verifica na Irlanda, em Espanha e na Grécia. No que respeita ao investimento privado, seria mais eficiente alargar o crédito de imposto para investimento do que baixar as taxas do

para o peso da despesa pública também implica olhar para o crescimento da economia portuguesa. Se ela não crescer, a situação das finanças públicas cada vez vai piorar mais.

Como é que se consegue conciliar rigor orçamental com crescimento económico?

Unidos e seguramente não é superior ao verificado no Japão. Portanto, a situação das nossas finanças públicas é preocupante, mas deve ser colocada em perspectiva, não somos um caso desesperado. É evidente de que os rácios do endividamento público vão-se agravar se a economia não crescer.

ligadas à Internet é uma pequena fracção do que se verifica na Estónia, na Eslovénia e na República Checa. Apresentamos piores indicadores de escolaridade do que o México e a Turquia. Somos o país da UE em que as despesas de investigação e desenvolvimento são mais baixas. Tudo isto são questões que não vamos resolver nem em dois, nem em cinco anos. O melhor é, desde já, estabelecermos um plano realista em que todos tenham uma ideia do que é necessário fazer para recuperarmos deste atraso estrutural. Precisamos de estabelecer uma cultura de resultados relativamente ao salto tecnológico de que necessitamos, em vez de uma cultura de lamentações.

Quais são os sectores da nossa economia em que faz sentido uma verdadeira aposta?

Relativamente às apostas, tem-se falado muito e eu subscrevo totalmente a necessidade de apoiar quer os centros de decisão nacionais, quer o investimento directo estrangeiro.

Creio que temos uma vantagem comparativa em diversa actividades do sector dos serviços que deveriam ser muito mais apoiadas, quer directa, quer indirectamente. Não se justifica deixar ao mercado decidir tudo o que tenha a ver com o crescimento da economia portuguesa, os grandes casos de sucesso mostram a necessidade de políticas mais voluntaristas.

Somos uma pequena economia, em que uma meia dúzia de projectos bem sucedidos podem ter um grande efeito à escala global.

Uma das razões apontadas para o fraco crescimento assenta na baixa produtividade. Como é que este dado pode ser alterado?

Só se pode olhar para a questão da produtividade a médio e a longo prazo. E sobre a questão da produtividade, infelizmente, não existe uma receita para fabricar um milagre. Países que parecem irremediavelmente condenados, de repente conseguem saltos enormes. Veja-se o caso da Índia que actualmente está a crescer mais rápido do que a China e aqui há cinco anos era considerado um país sem qualquer futuro. Infelizmente, sabe-se quais são as receitas para se conseguir um ajustamento rápido da balança de pagamentos ou do orçamento, mas para a produtividade e para produzir milagres de crescimento não há uma receita infalível. Porém, sabe-se que se forem seguidos alguns princípios é extremamente grande a probabilidade de se conseguirem bons resultados. E esses princípios têm a ver com o choque tecnológico de que temos vindo a falar: educação, formação, investigação e desenvolvimento, modernização das instituições, informatização acelerada do país, promoção dos centros de excelência. Relativamente a todas estas matérias, temos de adoptar uma cultura de resultados, em vez de uma cultura de promessas vagas e de lamentações.

A nova promessa de Durão Barroso de em 15 anos estarmos em linha de convergência com a União Europeia, face aos dados que dispomos, pode-se dizer que esta é uma nova falácia?

É uma promessa irrealista. Era muito bom que isso fosse possível mas, infelizmente, é inatingível. Para que tal fosse possível,

seria necessário a economia portuguesa crescer a uma taxa superior a 5 por cento, ano após ano, durante 15 anos. No século XX, não há nenhum episódio em que tenhamos crescido a tal ritmo.

A reforma do PEC é uma inevitabilidade?

O PEC está efectivamente suspenso desde o dia 25 de Novembro. São necessárias regras de enquadramento da gestão das finanças públicas na zona Euro, porém o PEC não era nem realista, nem inteligente. Era um regime que ao apontar para um tecto de três por cento para o deficit orçamental a aplicar a todos os países, independentemente das circunstâncias, levava a que, por exemplo, não fosse tomada em conta a evolução do ciclo económico. Não é a mesma coisa um país ter um défice de 3 por cento e a economia estar a crescer a 4 por cento, ou ter um défice de 3 por cento e a economia estar a decrescer um por cento, como Portugal.

As novas regras do PEC vão ter que ter em conta a evolução do ciclo económico. Essas novas regras também vão que ter em conta o ciclo económico do conjunto da zona euro. Neste momento a zona euro está praticamente estagnada. Quando se olha para os Estados Unidos, para a Ásia incluindo o Japão, são zonas que estão a crescer fortemente. Portanto, o novo PEC deverá ter dispositivos no que diz respeito à fixação do défice no conjunto da zona euro. Em terceiro lugar, o PEC tem que ter em conta as despesas de investimento que cada país faz. Na Alemanha as despesas de investimento são inferiores a 2 por cento do PIB, na Grécia, em Portugal, Espanha e Irlanda são superiores a 4 por cento do PIB. Não faz sentido aplicar a mesma regra de 3 por cento a países com situações tão diferentes em termos de investimento público. Por outro lado, apontar para que a situação orçamental esteja em equilíbrio a longo prazo implica que a longo prazo a dívida pública tenda para zero. Não existe nenhuma teoria económica que sustente que isso seja desejável. O PEC também incentivou os governos a realizarem operações de engenharia financeira que são condenáveis na vida das empresas. Portanto, o novo PEC tem que ser mais realista e mais flexível.

Actualmente estamos a viver uma situação muito delicada porque formalmente o PEC ainda vigora mas, na prática, raros são os países que o estão a aplicar sem recorrer à engenharia financeira. E aqueles que o estão a aplicar só o fazem porque se encontram numa situação do ciclo especialmente favorável. Foi desencadeado agora o procedimento dos déficits excessivos relativamente à Holanda, em Itália a indisciplina financeira é enorme, Portugal, como é sobejamente sabido, tem problemas, a Alemanha e a França têm problemas. Mais de metade dos países da zona euro, efectivamente, se não estão a violar o Pacto de Estabilidade é porque estão a fazer manobras de engenharia financeira que na vida das empresas seriam extremamente condenáveis. O PEC não pode incentivar os governos a fazer o que é desaconselhado às empresas cotadas em Bolsa.

As novas regras do PEC terão de levar em conta os ciclos económicos, de dar um tratamento correcto às despesas de investimento e de levar mais em conta o peso da dívida pública em cada um dos países do Euro.



IRC. Em relação ao consumo, que depende do rendimento disponível das famílias, é difícil de admitir uma baixa significativa do IRS, devido à restrição orçamental. Contudo, quer o consumo quer o investimento estão a ser influenciados negativamente por as expectativas serem tão baixas. É indispensável que os portugueses tomem a acreditar em Portugal e na economia portuguesa.

A direita que está hoje no poder, uma das acusações que faz ao PS é a de despesista. Até que ponto esta acusação corresponde a uma realidade de facto?

Relativamente ao orçamento, eu gostaria de sublinhar que uma economia não pode crescer de forma sustentada sem finanças públicas sãs. O rigor orçamental deveria ser um denominador comum para qualquer partido que estivesse no Governo. Possivelmente esta ideia de rigor orçamental não foi suficientemente internalizada pelos partidos políticos desde que integramos a União Europeia. Subscrevo sem reservas o apelo do Presidente Jorge Sampaio no sentido de serem adoptadas um conjunto de regras e procedimentos com vista a permitir uma gestão rigorosa das finanças públicas ao longo do ciclo económico. Em matéria de "despesismo" não há santos e pecadores. A despesa corrente sem juros aumentou cerca de 6 pontos percentuais do PIB no primeiro ciclo social-democrata, depois 4 pontos percentuais do PIB no socialista e agora já vai quase em 2 pontos percentuais nos últimos dois anos. Portanto, não há santos e pecadores. Infelizmente, o aumento da despesa tem sido um denominador comum, o que demonstra que a necessidade de rigor orçamental ainda não foi suficientemente internalizada pelo conjunto de partidos da área do poder. Quando se fala de despesa orçamental, referimo-nos ao peso da despesa no PIB. Quando o PIB cresce mais depressa, qualquer que seja a taxa de crescimento da despesa, este rácio cresce menos. Olhar

Não é verdade que o peso excessivo da dívida seja da exclusiva responsabilidade do anterior Governo

Não é possível apostar no crescimento como se não houvesse uma restrição orçamental a respeitar, da mesma forma que é incorrecto fazer do orçamento uma obsessão e colocá-lo à frente do crescimento e do emprego. É necessário encontrar uma situação equilibrada que permita o crescimento da economia e ao mesmo tempo respeitar as restrições orçamentais. Para compatibilizar rigor orçamental e crescimento da economia, há algumas prioridades. Em primeiro lugar, gerir as finanças públicas em função do ciclo económico, e não em termos de valores pontuais do deficit, tal como estabelecia o PEC. Em segundo lugar, elaborar um programa de médio prazo com vista à redução da despesa pública corrente, apoiado pelos partidos da área do poder. Em terceiro lugar, adoptar regras que dificultem políticas orçamentais pró-cíclicas, o que tem sido, entre nós, mais a regra do que a excepção. Finalmente, assegurar que as finanças públicas sejam geridas com a mesma transparência do que aquela que é exigida às empresas. Portugal faz parte de uma união monetária, e o que mais interessa numa união monetária é assegurar a sustentabilidade das finanças públicas no médio prazo, o que se mede em termos do peso da dívida pública no PIB. Ao contrário do que se pode pensar, o peso da dívida pública no PIB não é superior em Portugal ao verificado por exemplo na Alemanha, França, Estados

Em sua análise, o problema número do nosso país actualmente é o orçamento ou é a economia?

Definitivamente é a economia. Actualmente o nosso défice orçamental é de um pouco mais de 5 por cento do PIB, porém tal deve-se em larga medida a factores cíclicos.

Com manigâncias...

O défice para efeitos do PEC ronda os 3% cento do PIB mas, na prática, é superior a 5%. Para mim, este valor de 5% não é surpreendente, o que surpreende é a obsessão em tentar provar contra toda a evidência que ele é de 2.8 em vez de 2.9% do PIB. Sabe-se que por cada aumento do crescimento do PIB em um ponto percentual o deficit orçamental melhora meio ponto. Tendo a economia portuguesa contraído 1 por cento, logo que ela volte ao seu ritmo de crescimento de cruzeiro que é 2,5 por cento, ocorrerá uma variação de crescimento de 3,5%. Ora 3,5 vezes 0,5 dá 1,75%, portanto o nosso défice orçamental em velocidade de cruzeiro é de cerca de 3,25% do PIB. Este valor é ligeiramente superior ao limite superior do Pacto de Estabilidade, mas não indicia uma situação de finanças públicas insustentável.

Qual é a tarefa que se impõe no que respeita às finanças públicas? É trazer este valor do deficit de 3,25% em velocidade cruzeiro para qualquer coisa como próximo de 2 e, sobretudo, inverter a tendência de aumento do peso da despesa pública corrente. Tal implica rigor na gestão das finanças públicas, mas não implica menos que a economia volte a crescer. Para tal, repito, é necessária uma nova agenda em que os agentes económicos acreditem.

A tarefa mais complexa é recuperar o atraso estrutural que temos em diversas áreas. Fala-se muitas vezes no nosso atraso na educação, mas esquecemos que também já acumulámos um grande atraso relativamente aos novos membros da UE no que respeita às novas tecnologias. Por exemplo, o número de famílias portuguesas

Visto de Bruxelas

BINGO!

Difícilmente se poderia esperar um melhor resultado para a esquerda do que aquele que acaba de verificar-se nas eleições regionais francesas.

O Partido Socialista dirigiu-se ao eleitorado solicitando-lhe um claro voto de sanção contra as medidas do Governo na certeza de que um forte voto negativo acabaria por assumir a natureza da *persuasão* indispensável à correspondente mudança de políticas.

Apesar de se tratar de eleições regionais, onde supostamente apenas estaria em causa a bondade e o exame das políticas locais, todos os agentes políticos (Governo, instituições, partidos e opinião pública) entenderam que esta não podia ser uma oportunidade a desperdiçar, optando (e bem) por clarificar o ambiente político. A interdependência das políticas e das correspondentes opções, qualquer que seja o nível onde se colocam, é, hoje, total, pelo que o eleitorado aproveitava todas as oportunidades para afirmar, sem margem para dúvidas, o que deseja e defende para a intervenção política como um todo.

Foi isto o que, inequivocamente, ocorreu em França no passado dia 28 de Março. De um momento para o outro a esquerda e nomeadamente o PS francês assumiram o controlo político de todas as regiões importantes da França, domínio a que verdadeiramente só escapou a região da Alsácia.

Mais de 50 por cento dos eleitores franceses votaram na esquerda, dizendo, de forma muito clara, que não aceitavam a política seguida pelo Governo do primeiro-ministro Raffarin (sob a sombra protectora e omnipotente do Presidente Chirac) e, conseqüentemente, exigiram a mudança.

Antes destas eleições, a esquerda só tinha experimentado a maioria absoluta em 1988 com a reeleição de Mitterrand.

Como lhe competia e resulta da sua especial capacidade para avançar, sobre os cadáveres que vai largando pelo caminho, escapando enxuto, milagrosamente, entre os pingos da chuva, o Presidente francês "fez de conta" que percebeu o "recado"

Nasceu assim o actual Governo francês, baptizado de Raffarin III (porque corresponde à 3ª versão do Executivo dirigido pelo ex-deputado europeu) reorientado para os interesses (eleitorais) imediatos da maioria de direita em França.

Com efeito, embora assumindo a necessidade da mudança e o exercício da autocritica, sobretudo no domínio das políticas sociais, o actual Governo francês mais não é, realmente, do que um Executivo de combate que terá como principal objectivo repor a "normalidade", agora alterada, nas próximas eleições europeias. Só por isso, e para isso, se mantém Raffarin, que é, obviamente (basta ver a composição e a estrutura do poder do actual Governo francês), o bode expiatório escolhido pelo Presidente Chirac para a sua própria sobrevivência.

Esta resposta imediata da "raposa política" francesa, contrasta com a atitude que, há dois anos, assumiu em Portugal o primeiro-ministro, António Guterres, que, colocado perante uma derrota eleitoral local inesperada, a interpretou de forma diferente e retirou dela implicações e conseqüências mais radicais.

Talvez que, entre outras coisas, as eleições regionais francesas, o seu desfecho e os acontecimentos posteriores que induzirão, permitam compreender e avaliar melhor o que se passou, no nosso país, no fim do passado ano de 2001.

Regressemos contudo a França e procurando saborear o que de positivo já resultou deste último acontecimento eleitoral.

Vive-se hoje a ideia de que o facto de os resultados eleitorais se tornarem cada vez mais atípicos, significa que estamos no limiar de mudanças significativas no paradigma tradicional dos sistemas democráticos.

Com efeito, a opinião pública francesa exprimiu-se, quer no acto eleitoral, quer nos acontecimentos posteriores, sobretudo pela rejeição do que está, não tendo ficado, de forma alguma, a ideia de que considera, definitivamente, melhores as alternativas políticas existentes.

Isto torna-se, aliás, muito evidente quando se analisa, em pormenor, o processo eleitoral e se conclui que os grandes vencedores acabaram por ser agentes políticos de segunda linha, que, em muitas circunstâncias, foram preferidos aos notáveis que os partidos destacaram para as eleições.

Daí que a mensagem das eleições francesas deva ser também analisada convenientemente pelos circunstanciais vencedores.

As eleições europeias são o momento adequado para o tira-teimas e, nessa altura, se verá se o novo designio social que o Presidente francês impôs ao Governo, corresponde a um objectivo sério ou se é apenas um novo engodo eleitoral. Ver-se-á também se a esquerda é capaz de perceber os sinais e interpretar as necessidades concretas das pessoas que surgiram nitidas destas eleições. E aqui está, como as próximas eleições europeias, em França, mas também, em toda a Europa, se transformaram num momento-chave para a aferição do modelo democrático e da actual organização partidária.

Este é um tema particularmente importante para Portugal e, em especial para os socialistas portugueses (se dos futuros resultados souberem tirar todas as conseqüências políticas), mas é também um momento adequado para reconciliar o eleitorado com a política, usando a arma do voto como instrumento de mudança social. O cruzamento das discussões das questões nacionais e das questões europeias, que o PS defende, como pano de fundo da próxima escolha eleitoral (nomeadamente através da denúncia da mentira e da divergência) ganha, depois de França, um novo significado e importância.

Após o "bingo" eleitoral atribuído aos socialistas franceses é de esperar que os socialistas portugueses não venham a satisfazer-se com a obtenção de uma simples "linha".



MANUEL DOS SANTOS

ESQUERDA VENCE DE FORMA ESMAGADORA ELEIÇÕES REGIONAIS EM FRANÇA

Um verdadeiro terramoto abateu-se sobre a direita francesa, que perdeu de forma esmagadora a segunda volta das eleições regionais para a coligação de esquerda, composta por socialistas, comunistas e verdes. Depois da vitória do PSOE em Espanha nas eleições gerais, foi agora a vez dos socialistas se afirmarem em França, fazendo com que as próximas eleições europeias sejam ainda mais importantes para que a esquerda possa recuperar o terreno a nível europeu.

As conseqüências da vitória esmagadora da esquerda em França, que agora governa em 22 das 23 regiões do continente, fizeram-se sentir de imediato com repercussões não só em relação ao actual governo, que foi forçado a apresentar a demissão (embora o primeiro-ministro Jean-Pierre Raffarin tenha sido reconduzido), como já está a condicionar as opções políticas em relação às presidenciais.

Em França, como em Espanha (e como pretendemos que ocorra em Portugal), os resultados eleitorais são a expressão mais forte das políticas erradas que os governos de direita têm assumido. Como referia uma das estrelas destas eleições regionais, a



socialista Ségolène Royal, que derrotou o primeiro-ministro Raffarin no seu próprio feudo com uma votação de 55 por cento dos votos, em Poitou-Charentes, o resultado eleitoral nas regiões "exprime o défice de humanidade de que a França sofre a nível nacional desde há dois anos. Uma rejeição séria para o Presidente Chirac, que precisa de mudar de política, sob o risco de irmos para uma crise social tremenda neste país".

A nível nacional, a expressão dos resultados não deixa margem para dúvidas. Enquanto a esquerda recolheu 50 por cento dos votos, a direita, que congregava a União para um Movimento Popular (o partido do Governo) e os centristas da União para a Democracia Francesa, obteve apenas 37

por cento dos votos. A Frente Nacional do extremista Le Pen, que algumas semanas antes chegou a provocar um susto idêntico ao das últimas presidenciais, acabou por recuar na percentagem de sufrágios obtida, ficando-se pelos 13 por cento.

Assim, esta importante vitória da esquerda fica também a dever-se a uma grande mobilização do seu eleitorado tradicional, facto que se constata pelo relativamente baixo nível de abstenção, que desceu de 38 para 35 por cento.

No meio deste terramoto, sobressai também a derrota de Valérie Giscard d'Estaing, que nem com a visibilidade que obteve como presidente da Convenção para o Futuro da Europa conseguiu bons resultados. Com efeito, D'Estaing perdeu a região de Auvergne, que presidia já há dezoito anos. Para o líder dos socialistas franceses, François Hollande, esta derrota representa "uma dura sanção ao governo de direita e uma condenação severa ao Presidente da República".

Como afirmou o antigo primeiro-ministro socialista Laurent Fabius, "a esperança passou, de forma muito clara, para o lado da esquerda".

R.P.

RELATÓRIO LUÍS MARINHO

PE APROVA PROPOSTAS PARA POLÍTICA COMUM DE ASILO

Uma nova abordagem para a política europeia de asilo, caracterizada por melhor gestão, maior acessibilidade e equidade ao nível das decisões, são propostas do relatório do eurodeputado Luís Marinho, aprovado por larga maioria na última sessão plenária do Parlamento Europeu.

Luís Marinho defende, no relatório, a necessidade de se avançar rapidamente para a segunda fase do sistema europeu de asilo, com novas políticas que tenham em vista realidades e factos também novos, não considerados aquando da primeira definição das regras da UE neste

domínio (no Conselho Europeu de Tampere, em Outubro de 1999).

Entre elas, destaca-se a imigração motivada por razões económicas. "Muitos imigrantes económicos, não encontrando outro meio legal para entrar nos chamados países ricos, tentam utilizar a via do asilo para assegurar a entrada na União Europeia e essa massa migratória está a pôr em causa a sobrevivência do actual sistema", sublinhou ao intervir no debate sobre o seu relatório. Neste sentido, considerou fundamental "adoptar as directivas que ainda aguardam acordo no Conselho da

UE" e, sobretudo, "avançar para uma segunda fase de medidas nesta área".

Segundo Luís Marinho, deve desenvolver-se uma nova política de gestão da chegada à União Europeia dos requerentes de asilo, quer através de um sistema de reinstalação de refugiados à escala europeia quer por via do procedimento da entrada protegida. Igualmente importante será aumentar de forma inequívoca as ajudas económicas ao desenvolvimento das regiões de origem dos fluxos migratórios, com o objectivo da sua diminuição e também por razões de solidariedade.

CARLOS LAGE

UNIÃO DEVE PRESSIONAR MOÇAMBIQUE PARA ESCLARECER TRÁFICO DE ÓRGÃOS

"Peço à Comissão Europeia e ao Conselho que pressionem as autoridades moçambicanas no sentido de ser esclarecida a situação em Moçambique, muito em particular na região de Nampula, de modo a ajudar as populações e as crianças a viverem em paz".

Foi este o apelo deixado pelo presidente da delegação socialista no Parlamento Europeu, Carlos Lage, no debate que teve lugar em Estrasburgo, sobre o comércio internacional de órgãos humanos e os alegados casos de raptos de crianças em Moçambique, para posterior recolha e tráfico de órgãos.

Na opinião do eurodeputado socialista, a discussão desta questão no PE teve um duplo mérito: permitir, por um lado, que o problema de Moçambique "entre na consciência dos europeus e passe a merecer a atenção das instituições europeias" e possibilitar, por outro, um "amplo e sempre necessário debate" sobre o fenómeno do comércio internacional de órgãos humanos.

Durante a discussão em plenário, que contou com a participação do comissário António Vitorino, Carlos Lage afirmou existir actualmente "um grande mistério em torno da situação de Nampula", com o desapa-

recimento de cerca de 50 crianças e a denúncia de que os raptos estarão relacionados com a extracção de órgãos ou até mesmo com rituais satânicos. Estas denúncias — disse — foram confirmadas pela própria Igreja local, mas negadas pelas autoridades de Moçambique, que afirmam não existirem quaisquer provas".

"É por isso necessária toda a atenção e pressão das instituições europeias em relação a este problema, que urge ser esclarecido", sublinhou Lage, declarando ainda "ser um dever da própria União" dotar-se de melhores meios para a prevenção e o combate deste tipo de flagelos.

SOUSA FRANCO NA OVIBEJA

GOVERNO CRITICADO POR PARALISAR INVESTIMENTO PÚBLICO

A Ovibeja, feira anual essencialmente dedicada às questões da agricultura e da pecuária, foi o local escolhido pelo cabeça-de-lista do PS às eleições europeias, Sousa Franco, para criticar aquilo a que chamou "a paralisação do investimento público a pretexto do controlo financeiro".

Acompanhado pelo ex-ministro da Agricultura, Capoulas Santos, também candidato ao Parlamento Europeu, pelo presidente da Federação do Baixo Alentejo, Luís Pita Ameixa, e por alguns presidentes de concelhias, bem como pelo membro do Secretariado Pedro Adão e Silva, Sousa Franco fez uma visita detalhada ao recinto da exposição, demorando-se nos vários stands para falar com os seus representantes.

O cabeça-de-lista, que da parte da manhã participou numa iniciativa de campanha em Faro, aproveitou a ocasião para acusar o Governo de ter paralisado o investimento público, sem ter conseguido o controlo financeiro, originando-se assim uma crise económica e financeira. "Estes dois últimos anos foram bastante negativos pela paralisação do investimento público a pretexto do controlo financeiro, o qual, aliás, não foi conseguido", afirmou.

Sousa Franco considerou que uma boa parte da modernização que o Alentejo sofreu nos últimos anos ficou a dever-se ao facto do Governo socialista que integrou ter efectuado negociações europeias do investimento público que foram bem sucedidas.

"A negociação da Agenda 2000, que possibilitou a reformulação da Política Agrícola Comum, conduzida por Capoulas



Santos, originou a uma viragem fundamental", considerou, acrescentando que Portugal deixou de ser um contribuinte líquido para passar a receber mais apoios da PAC do que os contributos que enviava para Bruxelas.

O cabeça-de-lista pelo PS afirmou que estas políticas que vão ao encontro da defesa dos interesses nacionais, são as que defenderá no Parlamento Europeu.

Querendo referir-se aos problemas do despovoamento do interior, numa paragem no stand da Cooperativa Agrícola da Granja e da Amareleja, que comercializa vinho, Capoulas Santos, disse que o concelho de Mourão ao qual a cooperativa pertence "tem apenas dois

mil eleitores, tantos como a rua onde o professor mora em Lisboa".

Capoulas Santos aproveitou também a ocasião para responder ao Ministro da Agricultura, que uma semana antes visitara a Ovibeja, para criticar alguns aspectos relacionados com a entrada em funcionamento de Alqueva.

O ex-ministro da Agricultura disse que, quando deixou o Governo, estava tudo preparado para a expansão da área de regadio a um ritmo anual adequado, para a utilização das terras em benefício dos agricultores portugueses e para a manutenção dos preços da água a preços competitivos, aspectos que o Governo não respeitou.

SÉRGIO SOUSA PINTO

EURODEPUTADOS CONTESTAM ENCERRAMENTO DAS FÁBRICAS DA BOMBARDIER

O anúncio do encerramento de sete fábricas do grupo Bombardier na Europa, entre elas a unidade de produção da Amadora, foi esta semana qualificado pelo eurodeputado Sérgio Sousa Pinto como uma "operação típica de um capitalismo predador, destinado a eliminar a concorrência de outras empresas e a falsear o funcionamento do mercado".

Segundo o eurodeputado socialista, que participou em Estrasburgo numa reunião com trabalhadores da Bombardier provenientes de Portugal, Alemanha, Reino Unido e Suécia, o plano de reestruturação anunciado pela empresa mais não é do que "o culminar de um processo anti-concorrencial" iniciado em 2001 com a compra de sete fábricas pertencentes à empresa concorrente Adtranz, cujo encerramento é agora decidido. "A prova das intenções anticoncorrenciais da Bombardier em todo este processo é precisamente o facto de não estar interessada em soluções que viabilizem a empresa, nomeadamente no caso da unidade da Amadora", afirmou Sérgio Sousa Pinto no final da reunião.

O eurodeputado defendeu, por isso, a criação de "um código de conduta que impeça este tipo de práticas na União Europeia". Sousa Pinto lamentou ainda que "sejam os despedimentos na Bombardier a possibilitar a distribuição de maiores dividendos pelos accionistas da empresa e o aumento da sua cotação em bolsa".

Também o eurodeputado Carlos Lage dirigiu uma pergunta à Comissão Europeia sobre a mesma questão, para pedir informações sobre as medidas previstas pela Comissão para "garantir que a Bombardier ou outras empresas do género mantenham as suas actividades nos países da União", por forma a assegurar um "importante capital para a manutenção do emprego e para o desenvolvimento tecnológico".

De acordo com o eurodeputado, impõe-se uma "intervenção estratégica" do executivo comunitário neste domínio, até porque, lembrou, "a Europa se prepara para o lançamento de projectos fundamentais na área do transporte ferroviário", tais como a implementação da rede TGV em Portugal.



ELISA FERREIRA

PORTUGAL DESPERDIÇA OPORTUNIDADE DE APRESENTAR CANDIDATO AO BCE

Portugal desperdiçou a oportunidade que tinha de apresentar um candidato à Comissão Executiva do Banco Central Europeu, numa atitude que a deputada Elisa Ferreira classifica de "apatia, ausência de iniciativa e incapacidade de defesa do interesse nacional" nas instâncias internacionais.

Elisa Ferreira fez estas afirmações numa intervenção na Assembleia da República a propósito da discussão da proposta do Governo para ratificação de uma alteração do nº2 do artigo 10º dos Estatutos do Sistema de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu.

A deputada considerou que a Resolução que o Governo apresentou ao Parlamento para ratificação apresenta um conjunto de "problemas sérios", na medida em que configura, principalmente, a dominação da política monetária na zona euro pelas

economias mais fortes e a inversão do princípio da igualdade entre Estados.

Na sua opinião, as alterações aos estatutos do BCE, "radicais e desenquadradas do debate sobre a reforma institucional em curso", não deviam ter avançado sem que o Governo atribuísse a esta questão a importância que tem, até porque nesta matéria havia pareceres negativos e críticos do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia. Em vez disso, a nível europeu, "remeteu-se para a posição de irrelevância, apatia e ausência de iniciativa a que já nos vem habituando".

Segunda Elisa Ferreira, "esta amarga sensação de alheamento e apatia do Governo agudizou-se recentemente", na medida em que, de acordo com a regra de rotação em vigor, o lugar na Comissão Executiva do BCE que se abriu com a saída do espanhol Domingo Solans deveria ser

ocupada por um de quatro países, entre eles Portugal.

Porém, o Governo de Durão Barroso abdicou de apresentar o seu candidato. "Ao chegar a sua oportunidade, a surpresa foi que Portugal abdicou de apresentar candidato próprio, não tinha ninguém para sugerir, para apresentar, ninguém por quem lutar; enquanto 'país pequeno', ao contrário de todos os outros, resolveu apoiar a Espanha! Triste sina a nossa!", remata a deputada.

Assim, a proposta apresentada na Assembleia para ratificação "é desinteressante" para Portugal, tem "falta de oportunidade" e não foi gerida pelo Governo com a diligência, precaução e o sentido de Estado que o assunto recomendava.

A bancada socialista, por aquelas razões, votou contra.

SOCIALISTAS QUEREM ACORDO SOBRE FUTURA CONSTITUIÇÃO

Treze ex-representantes socialistas na Convenção Europeia, entre os quais o eurodeputado Luís Marinho, subscrevem uma declaração política na qual exigem aos chefes de Estado e de Governo da União Europeia "um acordo sobre a futura Constituição até ao final do mandato da actual presidência irlandesa".

O documento defende que as negociações da Conferência Intergovernamental devem ser retomadas o mais rapidamente possível e reiteram o seu apoio inequívoco ao projecto de Tratado Constitucional saído da Convenção.

Os socialistas entendem que a Constituição deve ocupar um lugar de destaque nas campanhas das próximas eleições para o Parlamento Europeu, pelo que apelam ao Congresso do Partido Socialista Europeu, que reúne em Bruxelas nos próximos dias 23 e 24 de Abril, que discuta o novo diploma e faça dele o principal tema do seu manifesto eleitoral.

A declaração socialista foi adoptada na sequência de um encontro com representantes dos parlamentos nacionais da União e dos futuros Estados-membros, promovido em Bruxelas, no passado dia 15, pela Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu.

A ILUSÃO DO APARELHISTA

O ideal do aparelhista é fechar o partido sobre si próprio e, dentro do partido, fazer funcionar uma sucessão de patamares, na qual a ligação entre as lideranças e as bases tenha de passar necessariamente por seu intermédio

O aparelhista é um tipo, não é uma pessoa. É uma figura muito implantada nos partidos políticos, mas não é nenhuma fatalidade de que estes se não possam livrar. Depende

da forma como eles se organizam internamente e como comunicam com o seu eleitorado (e a sociedade, em geral) terem os aparelhistas mais ou menos força. Todos nós, os que mantemos actividade partidária regular, temos alguma coisa de aparelhista. O segredo está em não deixá-la subir ao ponto de colonizar a nossa maneira de ser.

Ser aparelhista é muito diferente de ser organizador. Ao contrário do que pensam os aristocratas da política, não há nenhum pecado original nas tarefas de organização partidária e nenhum labéu vergonhoso recai sobre aqueles que mais directamente as asseguram. Organizar um partido, contactar diariamente com as suas estruturas locais e intermédias, conhecer e falar com os seus militantes e dirigentes, cuidar da sua "máquina", é uma missão tão nobre como as outras da vida política. Dá, aliás, em regra, àqueles que a ela têm de se dedicar uma experiência e uma sabedoria prática que são qualidades enormes para o exercício de responsabilidades públicas. Só se é aparelhista quando se converte os meios em fins, quando se esgota a actividade política no controlo da estrutura partidária e quando se recorre a práticas ilegítimas, tais como a coacção sobre pessoas, a manipulação dos votos ou a apropriação para objectivos pessoais ou de grupo dos recursos institucionais.

O aparelhista denuncia-se por quatro traços principais. Funciona como um cabo eleitoral, controlando por todos os modos ao seu alcance (desde a sedução à intimidação, passando pelo mais notório comércio de interesses), um certo número de votos, um certo número de militantes ou um certo número de estruturas, dos quais faz o "produto" que se dispõe a vender no mercado das transacções políticas e/ou financeiras, internas ou externas à organização partidária. Não tem, de seu, uma ideia que seja, uma opinião própria ou uma doutrina estabelecida, sobre qualquer tema político ou social — ou se a tem, para si a guarda como o mais feroz dos avaros. Tudo, para ele se reduz, a "obra feita": ganhar eleições e/ou, se investido em funções públicas, fazer, com o maior espavento possível e seja a que prego for o que estiver na moda fazer-se (pavilhões, rotundas, estádios, teatros, jardins, não interessa o quê, desde que renda na ocasião). Finalmente, o aparelhista trata os seus camaradas não como iguais, mas como inferiores e dependentes: não conhece filiados, ou membros de estruturas, grupos ou correntes, conhece "tropas", de que é sargento e que se dispõe a negociar com e entre os generais; por isso, não lhe interessa absolutamente nada qualquer tipo de coerência, pelo contrário, a sua força está na capacidade que tem de alinhar num campo e no seu oposto.

Porque é este o seu perfil, o ideal do aparelhista é fechar o partido sobre si próprio e, dentro do partido, fazer funcionar uma sucessão de patamares, na qual a ligação entre as lideranças e as bases tenha de passar necessariamente por seu intermédio. O aparelhista abomina as iniciativas de abertura social dos partidos, detesta a ligação com os independentes, o seu mundo são as quatro paredes das sedes, aí é que está o seu poder. Mas odeia ainda mais qualquer mudança de organização interna que permita contornar a sua influência, desde o pagamento directo das quotas às secções que se organizam por interesses temáticos ou políticos e não por feudos territoriais ou empresariais, passando pelos entraves à acumulação de mandatos ou de cargos. O discurso do aparelhista é sempre de endeusamento obreirista dos militantes "de base", dos militantes "de sempre", dos fiéis devotos, insinuando-lhes traições de fora ou ingratidões de lideranças. Mas, se o seu poder ficar em perigo, se o controlo pessoal de uma secção, um concelho, um distrito for posto em causa, o aparelhista não conhece outra razão que não ele próprio e é capaz de afundar deliberadamente o partido, por exemplo na disputa de uma câmara municipal, só para evitar que um adversário interno lhe leve a palma.

Fechado no seu aparelhismo, o aparelhista padece, porém, de uma ilusão. Ele julga que conhece e domina o partido e acha-se essencial na comunicação do partido com o eleitorado. Como está enganado! Há cada vez mais gente, dentro do partido, que se recusa a abdicar da sua liberdade de opinião, expressão e escolha, e não está disposta a ser contada como "espargardas". Há cada vez mais salas que se esvaziam quando o tema é a transacção de lugares e influências e se enchem para debates sobre problemas do país. Há cada vez mais eleitores a castigar os barões e a premiar quem faz propostas e traz sangue novo. Há cada vez mais dirigentes a perceber que não têm de se entregar na mão dos aparelhistas para liderarem o partido e conquistarem as pessoas — e as gloriosas tarefas que fizeram carreiras atrás de carreiras (tantos autocarros para tal comício, tantos cartazes para tal campanha) são cada vez mais laterais na comunicação política dos nossos dias.

A renovação e abertura de um partido democrático não pode nem deve fazer-se contra a sua organização, chame-se-lhe ou não "aparelho". Mas não pode fazer-se se não se fizer contra o domínio da organização por caciques, patronos ou donos de consciências, não pode fazer-se se não se fizer contra o aparelhismo. Esse que se imagina vivendo no século XX, quando já entramos no seguinte.

AUGUSTO SANTOS SILVA

Polémicas

LIDERANÇA DO PS

JOÃO SOARES AVANÇA COM CANDIDATURA



Apostado em conseguir "um PS vencedor, protagonista das opções audazes, capazes de garantir um futuro de progresso sustentado para Portugal e para a Europa", João Soares avançou com a sua candidatura à liderança do Partido Socialista, opção que divulgou, no passado dia 27 de Março, no site pessoal na Internet. Tendo como "primeira prioridade" a "vitória nas europeias", Soares garante que, uma vez superada esta meta inicial, o Partido deverá partir para o próximo congresso, no final deste ano, "para debater ideias, projectos e pessoas, sem ter negociado antecipadamente, nos bastidores, entre uns poucos, quem será

o candidato único". Para a reunião magna dos socialistas, João Soares levará, assegura, "uma vida política coerente desde sempre", um "conhecimento dos problemas do país", um conjunto de "ideias e projectos concretizáveis" e "uma prática de responsável e gestor político eleito que dá garantias de o concretizar". "Não sou hipócrita nem me escondo", frisa, acrescentando que "não vale a pena esconder a realidade com uma peneira", uma vez que "o PS tem estado quase sempre aquém das suas possibilidades e tem deixado, salvo raras excepções, afunilar, nalguns poucos, a sua acção

política no exterior". Para Soares, o Partido Socialista "não soube assumir o comando da luta política contra a intervenção no Iraque, no Médio Oriente e contra a estratégia Bush de guerras preventivas", falhando ainda, "na liderança no apoio à Constituição europeia". Assim, o dirigente socialista quer "que o PS saiba assumir na rua, por todo o país, próximo dos que sofrem, dos que estão desempregados, dos que esperam nos hospitais, dos jovens que não encontram emprego, dos que se sentem inseguros, o seu papel de voz e protagonista da mudança".

ANA GOMES

SECRETISMO NA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA ANGOLANA AFECTA IMAGEM DE PORTUGAL

Os socialistas querem que o Governo apresente, "sem demora", explicações públicas sobre os compromissos assumidos na renegociação da dívida externa angolana, depois da visita de Durão Barroso a Luanda, em Outubro de 2003.

"Tais explicações devem incluir a indicação da parte da dívida perdoada, o escalonamento dos reembolsos acordados e respectivas garantias, e ainda as modalidades de resolução previstas para a dívida angolana a entidades privadas", declarou a secretária nacional do PS para as Relações Internacionais, Ana Gomes, no passado dia 30 de Março, no seguimento da divulgação pela Imprensa nacional do relatório da organização não-governamental Global Whitness em que se registam alegados "desvios de fundos destinados ao pagamento da dívida externa angolana para intermediários privados". Ana Gomes lembrou que o Partido Socialista "defendeu e defende a renegociação da dívida angolana, incluindo o perdão de parte significativa dela", mas "exige, tal como todos



os portugueses, transparência na actuação do Executivo". Segundo a dirigente do PS, é profundamente preocupante que "a imagem internacional de Portugal fique comprometida se estas acusações de secretismo e falta de transparência não forem integralmente refutadas". Sublinhando que o PS acompanha com

especial atenção todas as reacções e explicações que estão a ser dadas, e possam ainda ser dadas pelas autoridades angolanas, Ana Gomes lembra a Durão Barroso que a "boa governação implica transparência para "incutir confiança aos cidadãos e aos parceiros internacionais", particularmente quando "acabou a guerra e o alibi desta".

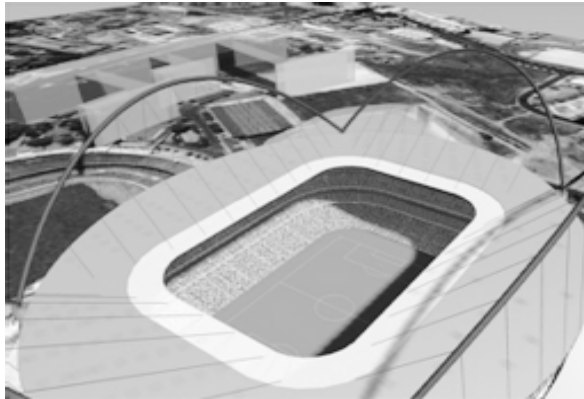
SEGURANÇA NO EURO 2004

ATRASOS E INCERTEZAS PREOCUPAM ANTÓNIO GALAMBA

O PS propôs a realização de uma audição de Mário Morgado, director nacional da PSP, para esclarecimento das questões por ele próprio levantadas sobre as limitações legais à actuação desta força de segurança durante o Euro 2004.

António Galamba apresentou a referida proposta, no passado dia 24 de Março, após ter verificado que este responsável "nunca esteve presente ou endereçou qualquer informação à Comissão Eventual para a Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos na Organização da Fase Final do Campeonato da Europa de Futebol".

Ainda em matéria de segurança no Euro, o deputado socialista entregou um requerimento, no Parlamento, a 18 de Março, onde questiona o ministro da Administração Interna sobre as garantias de reforço de vigilância e fiscalização de fronteiras, uma vez suspenso, temporariamente o acordo de Schengen. António Galamba quer saber se os candidatos a Inspectores Adjuntos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, cuja formação ainda não terá começado em Junho, por razões relacionadas com as



reclamações apresentadas no âmbito do concurso, estarão em condições de iniciar funções.

Em caso de resposta negativa, o parlamentar exige que o Governo esclareça para quando está prevista a referida acção de formação, quanto tempo durará a formação teórica e de que modo se concretizará a componente prática.

Depois de inquirir sobre a eventualidade de colocação de forças armadas nas fronteiras terrestres, o deputado pergunta se as medidas de combate ao terrorismo anunciadas pelo Executivo e o reforço das condições de segurança provocarão um atraso ainda maior na apresentação do Plano de Segurança Global do EURO 2004 anunciado para Fevereiro deste ano.

PROTECÇÃO AMBIENTAL

MARIA SANTOS APONTA PARA MÁ GESTÃO DO GOVERNO

A protecção ambiental constitui um imperativo constitucional e o seu abandono pode pôr em causa apoios da União Europeia já conseguidos no âmbito do programa Life.

Esta a advertência deixada por Maria Santos, num requerimento dirigido, no passado dia 19 de Março, ao ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, onde a deputada socialista evidencia profunda preocupação pela degradação da actividade da Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco por falta de financiamentos públicos.



Num outro documento entregue no mesmo dia à mesa da Assembleia da República, a parlamentar do PS exige

esclarecimentos por parte da tutela do Ambiente e ainda do ministro da Agricultura sobre a situação precisa do programa de erradicação do nemátodo da madeira do pinheiro, apontando para as múltiplas críticas das associações de produtores provocadas pelo que estas consideram serem "resultados insuficientes" das medidas implementadas no terreno para deter a praga e evitar mais prejuízos. Maria Santos quer que o Governo faça um balanço e defina o pé em que está a aplicação das recomendações da Missão de Inspectores da EU sobre este problema.

VALES DO AVE E CÁVADO

DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA PARADA

A estrutura produtiva, económica e social da sub-região do Vale do Ave e Cávado agravam-se drasticamente. A concentração na produção de vestuário e têxteis, a agudização dos problemas ambientais, o desemprego massivo e o abandono dos projectos de formação profissional preocupam Fernando Moniz que, em requerimento dirigido ao ministro da Economia, exige saber para quando a efectiva concretização das medidas há muito anunciadas de diversificação do tecido produtivo desta região. Perante um quadro de evidente indefini-

ção global, o parlamentar do PS questiona o mérito e a credibilidade do programa Dinamo, uma vez que "não está claramente definido o seu âmbito nem são conhecidos os meios envolvidos em cada uma das acções previstas que garantam a sua aplicação efectiva à generalidade das pequenas e médias empresas". Fernando Moniz quer ainda que a tutela justifique a sua "apatia" face a tão grave situação, exigindo explicações pelo "flagrante desencontro de pontos de vista entre o Governo e as Associações representativas do sector", relativamente

à problemática de liberalização e às necessárias providências que acaulem os interesses das empresas, nomeadamente das PME.

No documento, apresentado no Parlamento, no passado dia 17 de Março, o deputado lembra que, enquanto o Executivo fala de retoma económica, o presidente da Associação Portuguesa de Têxteis (APT) salienta que "esta não se faz notar" e que "a retenção indevida e injustificada do IVA das empresas exportadoras, reduz significativamente a competitividade destas".

PESCAS

PS QUER ESCLARECIMENTOS SOBRE APOIOS COMUNITÁRIOS

O PS exige que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas esclareça como pretende aplicar o disposto no regulamento comunitário que veio alargar o âmbito da elegibilidade dos apoios a pescadores afectados pelo fim do acordo de pescas entre a União Europeia e Marrocos.

José Apolinário questiona o Governo, em requerimento entregue no passado dia 24 de Março, na Assembleia da República, sobre as informações preparadas para os potenciais beneficiários.

O deputado socialista alerta para que, "nos termos do citado regulamento, é fixado em 30 de Junho de 2004 a data limite para as decisões administrativas nos casos específicos aí previstos".

COMBUSTÍVEIS

SUBIDA DE PREÇOS MOTIVA PEDIDO DE AUDIÇÕES PARLAMENTARES

Os socialistas querem ouvir o ministro da Economia, o presidente da ANAREC, o secretário-geral da DECO e a Autoridade da Concorrência na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças sobre os consecutivos aumentos dos combustíveis.

A proposta da bancada do PS surge na sequência de mais um agravamento do preço da gasolina e do gasóleo, fruto da forma desregrada como o Governo procedeu à liberalização do sector, conduzindo a "uma elevada perturbação no mercado" dos combustíveis.

Os deputados do PS consideram urgente e necessário "proceder a uma análise rigorosa das causas externas e internas que determinam a actual situação".

www.psfoul.com é um projeto que espera contribuir para uma melhor informação e intervenção política. Nela pode encontrar um conjunto de informação diversa, organizado por rubricas temáticas, desde a nossa organização, agenda política, principais notícias, reflexões e comunicados que preenchem o dia-a-dia do Partido Socialista da Área Urbana de Lisboa. Neste momento está a um click das nossas políticas!

NEGOCIAR COM TERRORISTAS?



ANA GOMES

SECRETARIA NACIONAL DO PS
E CANDIDATA AP PE

Em Portugal, importa fazer os cidadãos entender que o perigo terrorista é real – e muitos aqui, em especial neste Governo, durante demasiado tempo desvalorizaram a ameaça da Al-Qaeda, como se o nosso cantinho à beira-mar plantado fosse miraculosamente imune ao perigo que espreita o resto do mundo...

O dr. Mário Soares sustentou, a propósito do fenómeno terrorista, que era preciso negociar. Desencadeou muita polémica, mas o alcance das suas palavras acabou por ficar compreensível para toda a gente.

Se dúvidas houvesse, no dia 25 de Março o insuspeito primeiro-ministro, Tony Blair, provou que ele tinha razão: foi à tenda de Kadhafi, que é inegavelmente um ditador e um terrorista, estender-lhe a mão, depois de meses de negociações. O objectivo justificava que se falasse com um terrorista – fazê-lo abandonar os programas ilegais de armamento nuclear. (Blair explicou que importava recompensar Kadhafi, embora para isso bastasse lá ter mandado um secretário de Estado, como sublinhou boa parte da imprensa britânica; a explicação prende-se também com os negócios de petróleo e armamento militar que o Reino Unido já tem na calha com a Líbia, sem perder tempo – e sem aprender nada com a experiência com Saddam...). Também nos últimos meses, a Administração Bush tem estado à mesa a negociar, acompanhada de representantes de Pequim, Tóquio e Seul, para convencer o regime ditatorial da Coreia do Norte a desistir da ameaça de usar as armas nucleares que afirma estar a construir à revelia da AIEA. Negociações houve, há, com o IRA. E até o Governo de Sharon (contra quem se multiplicam acusações de praticar terrorismo de Estado), para libertar reféns, já teve negociações com o odiado Hamas (que começou por ser financiado por Israel, nos anos 80, para disputar terreno à OLP – mais feitiços que se viram contra os feitiçeiros...).

É preciso negociar o que for possível negociar e quando for possível negociar. É para isso que há diplomatas. Para negociar com o diabo, se for preciso. Ao longo da minha carreira tive de falar com alguns, nomeadamente na Indonésia e em Timor-Leste, tão destituídos de escrúpulos e cegos pela fúria como os terroristas da Al-Qaeda. Se através da negociação se puderem evitar piores males, deve-se negociar. Negociar faz correr riscos e implica arriscar (como arriscámos em Timor-Leste – e houve quem o questionasse). Mas, como sublinhou o dr. Mário Soares, negociar não é capitular, não significa rendição.

O dr. Mário Soares tem também razão em sublinhar que é vital conhecermos o que está por detrás do fenómeno terrorista nesta modalidade que vem da Al-Qaeda. Este é diferente dos outros tipos de terrorismo que a Humanidade conheceu nas últimas décadas. É indispensável perceber como as redes da Al-Qaeda funcionam, os seus esquemas de actuação e financiamento, os seus argumentos e pretextos para captarem recrutados, para se infiltrarem e actuarem nas nossas sociedades. E não basta recorrer a meios policiais e militares, nem sequer a «inteligência» preventiva dos serviços secretos – que é indispensável e nos deve arrear de preconceitos herdados dos tempos do fascismo contra serviços de informação, desde que se garanta a sua rigorosa fiscalização democrática, o que em Portugal não está assegurado por responsabilidade da actual maioria governamental. É preciso sobretudo investir numa estratégia e meios políticos para dar combate ideológico e político eficaz à Al-Qaeda. A linha da frente desse combate trava-se no mundo islâmico, seja na Indonésia, no mundo árabe ou aqui, nas comunidades muçulmanas na Europa. Dito isto, não tenho hesitações em afirmar que neste momento não é possível negociar com a Al-Qaeda. Antes de mais porque a própria Al-Qaeda não quer negociar. E também porque negociar implicaria conferir-lhe algum grau de legitimidade, o que, nas actuais circunstâncias, é política e moralmente inaceitável. Nem sequer há nada de negociável no discurso da Al-Qaeda. O que Osama bin Laden evoca são pretextos oportunistas, que vai mudando consoante lhe convém: começou por combater contra a URSS no Afeganistão e para isso foi recrutado, armado e treinado pelos americanos. Depois voltou-se contra os EUA, por sustentarem no seu país, a Arábia Saudita, o regime, acusando-os de conspurcarem a península arábica com as tropas lá estacionadas desde a primeira guerra do Golfo. Só mais tarde começou a usar o argumento da injustiça contra os palestinianos, que invocou a propósito do hediondo ataque do 11 de Setembro. Mal tinha sido posto em fuga no Afeganistão, por uma intervenção militar com a chancela da ONU, teve a sorte de as atenções gerais se terem desviado rapidamente para o Iraque (o Presidente Bush em 2003 até se esqueceu de orçamentar ajuda para o governo do sr. Karzai, valeu o Congresso ter acudido à pressa...). Entretanto, ganhou novo fôlego, mais

argumentos, terreno, recruta com a guerra ilegal e a presença estrangeira no Iraque... Não esqueçamos que na Indonésia e em todo o Sudeste asiático, para tentar cativar os fiéis mais ignorantes e radicais, a Al-Qaeda e sua associada local Jemaah Islamiyah esgrimiram o argumento da perda de Timor-Leste, como se os timorenses alguma vez tivessem pertencido à comunidade islâmica... De facto, se há alguma constante no discurso de Osama bin Laden, é o ódio ao regime do seu país, a Arábia Saudita – que, paradoxalmente, durante anos financiou a exportação da Al-Qaeda e financiou por todo o mundo as correntes wahabbitas do Islão, as mais reacionárias e fundamentalistas, que mais radicais fornecem às fileiras da Al-Qaeda...

Importa entender que a Al-Qaeda representa um desvio completo e perverso do Islão. A versão de Osama bin Laden e do seu braço-direito, o egípcio Al Zawari, não é a do Alcorão com que eu convivi na Indonésia, o maior país muçulmano do mundo. Ali pude verificar que o Islão é uma grande religião da humanidade, assente na compaixão, misericórdia, tolerância e concórdia. Não se pode alinhar, de modo nenhum, na tese do «confronto de civilizações», que tanto atrai conservadores, como liberais ignorantes e assustados por esse mundo fora. Quem alinha também são os terroristas da Al-Qaeda! Aceitar essa tese é, de facto, fazer o jogo da Al-Qaeda.

Por isso, o combate ideológico e político contra a Al-Qaeda e as suas teses nihiistas tem de ser feito pelas democracias de todo o mundo, em aliança com os líderes islâmicos progressistas – que os há. Gente que quer a democracia, a modernidade e também quer defender o verdadeiro Islão. Não são, na maior parte dos casos, os actuais governantes, importa assumi-lo. E para isso é preciso que os EUA e a União Europeia deixem de apoiar regimes corruptos, reacionários e violadores dos direitos humanos no mundo árabe e não só, porque têm petróleo e compram armas e tudo o mais ao Ocidente – a lógica que sustentou Saddam Hussein no Iraque.

E para ter líderes políticos islâmicos esclarecidos na linha da frente deste combate é preciso conhecê-los, apoiá-los e ajudá-los. Isso implica também negociar. Para resolver os principais conflitos políticos que fomentam sentimentos de injustiça, exclusão e desespero por esse mundo fora. Conflitos que a Al-Qaeda explora em favor da sua propaganda oportunista. A ocupação do Iraque é o último argumento servido de bandeja aos terroristas – e enquanto não se iniciar ali um processo de transferência da soberania para os iraquianos, efectivamente controlado pela ONU e como tal legitimado aos olhos da população local, a conflitualidade não vai cessar de se agravar e de ser aproveitada pelos terroristas. Mas o problema israelo-palestiniano é, realmente, o cancro mais central e venenoso, destilando ódio antiamericano e antiocidental em todas as latitudes. Vi-o ser agitado na Indonésia, na propaganda das franjas mais radicais ligadas ao atentado de Bali.

Em Portugal, importa fazer os cidadãos entender que o perigo terrorista é real – e muitos aqui, em especial neste Governo, durante demasiado tempo desvalorizaram a ameaça da Al-Qaeda, como se o nosso cantinho à beira-mar plantado fosse miraculosamente imune ao perigo que espreita o resto do mundo... A despreocupação geral que por cá se manteve depois do 11 de Setembro e depois dos atentados de Rabat, aqui mesmo ao lado, explica a impreparação para fazer face a eventuais ataques terroristas de que os portugueses se estão a dar conta. A tragédia do 11 de Março tornou-nos, finalmente, mais conscientes. Como mais sentida se tornou a percepção de que, tal como ninguém está invulnerável ao terror, também ninguém pode combatê-lo isoladamente, sem intensa cooperação internacional. Paradoxalmente, a ameaça faz-nos ver que precisamos cada vez mais de mais Europa.

Com o Rock in Rio e o Euro 2004 à porta, não podemos ceder ao alarme – e para isso é preciso termos ter cidadãos informados e serenamente alertados. Temos de exigir ao Governo que assuma as responsabilidades de prevenção, coordenação e preparação da segurança em geral e que aposte na articulação dos serviços de informação com a Europa, os EUA, países árabes próximos e todos aqueles que sejam relevantes. Temos de exigir que em Bruxelas contribua para uma Política Externa e de Segurança Europeia que respeite o direito internacional, promova o multilateralismo e efectivamente aposte em resolver os conflitos que mais atormentam a Humanidade e mais alimentam os terroristas.

PORTUGAL SOCIALISTA

INFORMAR PARTIDARIAMENTE

SOBRE O QUE É PRECISO PARA RENOVAR O PS

QUESTÕES EUROPEIAS

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível.

Os endereços são: accasocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

O debate interno no PS: Um espelho chamado "Acção Socialista"!

João Soares parece que descobriu agora que não há debate político no seio do Partido Socialista. Mas essa triste realidade existe desde há muito. Também já o repeti neste espaço. Não há debate e a vida interna no PS, nas suas secções e núcleos, acaba por se tornar enfadonha e desinteressante. Consequentemente não há lugar a qualquer renovação militante. A "renovação" que vai existindo (!) é baseada na troca dos mesmos, uma troca repetida até à exaustão!

O mais caricato é que essa falsa renovação faz-se a todos os níveis do PS. Nas secções, nas concelhias, nas federações e nos órgãos nacionais. Basta que cada um tente descobrir novos dirigentes que já não tenham sido dirigentes antigos...

A renovação também não existe porque parece que o Partido se demite, sistematicamente, de participar e de intervir activamente nos movimentos sociais, nas lutas laborais, na vida sindical... A participação dos socialistas, com as suas próprias posições e identidade políticas, nos grandes debates e nos movimentos sociais só poderia trazer bons resultados quanto à renovação do PS e quanto a um maior protagonismo social e político. Mas não, parece que a actividade política se reduz ao Parlamento, a alguns debates para os mesmos, a uns quantos "Clubes" e a iniciativas somente de impacto mediático para consumo eleitoral...

Tudo isto é reflectido, como um espelho, no "Acção Socialista", o órgão oficial do Partido Socialista Distribuído somente para militantes, o "Acção Socialista" é mesmo a imagem oficial do PS: os mesmos, debate zero, pouca ou nenhuma intervenção dos militantes, nenhuma notícias sobre a intervenção social dos socialistas... enfim, uma pobreza política para quem se deveria assumir como alternativa à direita e não só como *alternância*, como parece revelar a realidade!

João Pedro Freire

Combater a criminalidade

Depois de ler um artigo do nosso camarada deputado Vitalino Canas, no "Acção Socialista", de 24 de Março, edição nº1216, sobre Segurança, achei por bem lançar este apelo enquanto militante do Partido Socialista e também porque sou uma pessoa que tem ideais de Segurança muito rígidos, pois revolta-me o estado a que o nosso país chegou em termos de Segurança Interna.

É lamentável, quando se colocam soldados da GNR no Iraque, e quando se diz que não há dinheiro para reforçar as esquadras do nosso país.

É lamentável quando pensamos todos os dias em terrorismo, quando na realidade o Governo que temos nem consegue combater assaltos, furtos, violações e outros pequenos crimes. Isto sim, é preocupante, porque o crime aumenta de dia para dia, e nós não vemos nada, mas mesmo nada para o combater. Eu pergunto: onde vamos chegar assim!?

Caros camaradas do Partido Socialista, como português que sou e que gosto do meu País, acho que era altura de nós como maior força política na oposição e maior força política no país propormos à Assembleia da República medidas que tornem possível um combate mais eficaz à criminalidade no nosso país, porque as nossas crianças têm medo de sair à rua... e isso é muito triste... num país como o nosso.

Foi bom o desempenho do nosso camarada Nuno Severiano Teixeira, mas o que foi feito a seguir não contribuiu para as pedras lançadas pelo nosso camarada. É simplesmente triste!

Manuel António da Fonseca Caneira

Aborto. Um drama interminável

Mais uma vez, subiram ao plenário da Assembleia da República os projectos de lei de toda a esquerda parlamentar que tinham o propósito em qualquer um deles de despenalizar a interrupção voluntária da gravidez (IVG), de forma a contornar um grave flagelo de saúde pública que é o aborto clandestino, perigoso e aproveitador.

Porém, como era previsível, o dia 3 de Março não ficou na memória como um marco histórico na luta das mulheres e da sociedade plural, em adquirirem efectivamente os seus direitos e a liberdade de opção na constituição do seu agregado familiar. Todavia, as posições tomadas pelos diferentes grupos parlamentares, ou melhor, pela esquerda e pela direita com assento na Assembleia da República vieram clarificar as águas turvas com que vêm confrontando em relação à IVG. Ou seja, o pretexto de um eventual compromisso pós-eleitoral sobre esta matéria entre os dois partidos políticos que sustentam a coligação governamental, transformaram uma discussão que deveria ser de consciência pessoal e de salvaguarda dos valores de liberdade e de expressão, numa mera actividade de aproveitamento político e de adiamento temporal da resolução real e definitiva da IVG.

Independentemente da notória influência negativa do partido mais pequeno da coligação sobre o maior, ficou bem claro que o aborto clandestino e o negócio chorudo que se gera sobre ele não são para o maior partido do Governo um grave problema a solucionar, pois os milhares de abortos realizados anualmente em Portugal [...].

É necessário agir, gritar, participar no associativismo, deixar fugir a espontaneidade dos seus sentimentos, isto é, abanar tudo aquilo que a sua consciência não permite. Esperando que essa sensação de liberdade e de desafio, surja novamente, perguntará o venerado cidadão, porque é que a resolução da famosa IVG está sempre a saltitar conforme a cor política mais caracterizada no parlamento.

[...]

Bruno Caldeira

A MORAL DO SACRIFÍCIO

[...] Uns ideólogos feitos à pressa decidiram renovar a argumentação. Em vez do regresso ao passado optaram pela fuga para a frente: "Portugueses – dizem – primeiro é preciso criar riqueza. Só depois é que podemos reparti-la".



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

O estafado argumento de atribuir ao anterior Governo a responsabilidade da grave situação económica e social em que o país está mergulhado já soa, mesmo para os sectores menos esclarecidos da opinião pública, a *dejá vu* ou mesmo a uma tentativa atabalhoada para encobrir os seus verdadeiros responsáveis. Conscientes disto uns ideólogos feitos à pressa decidiram renovar a argumentação. Em vez do regresso ao passado optaram pela fuga para a frente: "Portugueses – dizem – primeiro é preciso criar riqueza. Só depois é que podemos reparti-la". E o mais

preocupante é que continuam a ferir os ouvidos dos incautos, convencidos que exprimem uma verdade irrefutável. O primeiro-ministro, à falta de melhores argumentos, qual disco riscado, segue-lhes as pisadas: "Só criando mais riqueza – afirmou na Assembleia da República em 25 de Março – podemos distribuir com mais justiça". Até lá, apenas vos resta, caros concidadãos, apertar o cinto e suportar pacientemente a carestia do presente em prol da abundância futura. Sacrificai-vos, pois: não tardará que sejais generosamente recompensados.

Em termos lógicos, o argumento considera que a produção é *causa*, enquanto repartição é um mero *efeito*. Nada de mais falso! Produção e repartição são interdependentes, pelo que a categoria lógica adequada que exprime a sua relação não é a de causa /efeito, mas a de acção recíproca. Assim, como poderá aumentar a riqueza produzida se o Governo com as suas políticas de (não) repartição contém salários, restringe despesas socialmente necessárias e bloqueia o investimento público? De facto, apenas com medidas que melhorem a repartição da riqueza se poderá aumentar a capacidade aquisitiva da população trabalhadora, que, por sua vez, terá um efeito multiplicador sobre a própria produção. Elementar, meu caro Watson!

Outra questão que o argumento de Durão Barroso revela é a nova preocupação governamental com a "justiça". Mas, apesar desta louvável preocupação, a que justiça se refere o primeiro-ministro? Que os poucos que entretanto acumularem riqueza, tocados pelo milagre da generosidade e das boas obras, repartirão equitativamente, no futuro, pelos outros os excedentes de que se apropriaram? Na frase do primeiro-ministro não vejo outro "princípio de justiça", apesar dos seus esforços e de alguns sectores do seu partido para se demarcarem das teorias sobre a inevitabilidade da pobreza e do crescimento das desigualdades sociais. Porém, tudo aponta para que a demarcação não passe de um mero *show-off*. De facto, como se pode, sub-repticiamente, pedir sacrifícios à população trabalhadora quando o número de desempregados caminha a passos largos para o meio milhão e a fome atinge, pelo menos, 200 mil pessoas? Quando o Governo corta despididamente nas reformas dos funcionários públicos, penaliza os cidadãos que se encontram de baixa com a insinuação torpe de que são potenciais simuladores de doenças e propõe aumentos salariais bienais na base da inflação em vigor na zona euro e que não têm em conta os aumentos da produtividade?

Tudo isto me leva a concluir que o lema deste Governo não é, de facto, repartir com mais justiça. Mais de acordo com a sua prática é a afirmação de um representante do Ministério da Segurança Social e do Emprego para quem se existissem números sobre a fome em Portugal as pessoas seriam detectadas e alimentadas. Eis como, lá bem no imo do imaginário governamental desponha nostalgicamente um desejo há 30 anos recalçado: o desejo de um país constituído por alguns bons ricos generosos e por muitos pobres pacientes e reverentes de mão estendida. Assim, as boas obras de uns e a paciência de outros poderão contribuir para a resolução definitiva dos problemas sociais do país. E ainda proporcionar aos pobres dotados da virtude da paciência a bem-aventurança e aos bons ricos o perdão pelo pecado da cobiça. Que mais se poderá desejar?

NÃO CHEGAVA A CRISE! AGORA O GOVERNO QUER RETIRAR DIREITOS

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR **Augusto Santos Silva** | DIRECTOR-ADJUNTO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO **J.C. Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt; **P. Pisco** ppisco@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval**
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt/accao